

Impunidade: Motta na Câmara reduz a pena de criminosos

Rosinei Coutinho - SCO - STF



Toffoli viajou ao Peru em jatinho particular com o advogado do banco Master

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), viajou para Lima para assistir à final da Libertadores ao lado do advogado que atua no caso do Banco Master. Toffoli foi sorteado relator do caso da fraude do Banco Master no dia 28 de novembro, um dia antes do jogo. Foi depois da viagem, em 3 de dezembro, que o advogado Augusto Arruda Botelho apresentou um recurso para que o caso fosse transferido para o STF – o que foi acolhido por Toffoli. **Página 3**

Decretos de Jair modernizaram o arsenal do crime, mostra estudo

O Instituto Sou da Paz fez um amplo levantamento sobre as consequências da flexibilização na compra e manejo de armas no Brasil durante o trágico governo de Jair Bolsonaro. O estudo chegou a resultados estarrecedores, certamente, associados de forma direta ao aumento da violência no país. **Página 3**

Falência da política de segurança sob Tarcísio faz explodir feminicídio em SP

Como se não bastasse o caos na Educação com a perseguição aos professores, cortes de verbas e vendas de escolas, como se não bastassem as dezenas de pedágios “free flow” que Tarcísio de Freitas está espalhando por São Paulo para sugar os paulistas, como se não bastasse as restrições de oferta de água e a mentira de que as tarifas não subiriam com a privatização da Sabesp, estamos assistindo neste momento ao desastre completo na Segurança Pública paulista. **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Por 291 a 148, Câmara aprova o projeto de convivência com crime

A maioria dos deputados presentes à sessão convocada às pressas e de supetão pelo presidente da Câmara, Hugo Motta, aprovou o projeto de lei que prevê a redução de penas de condenados pelos atos antidemocráticos do 8 de janeiro e pela tentativa de golpe de Estado. O projeto também

contempla crimes de corrupção, formação de quadrilha, crimes ambientais etc. Ele foi aprovada por 291 votos a 148 e enviado ao Senado, depois de tumultos causados pela decisão de Motta, como também pela obstrução dos trabalhos da imprensa e a retirada à força do deputado Glauber Braga da cadeira do presidente da Mesa. **Pág. 3**

Copom dá abono de Natal a banqueiros, com juros a 15%

Redes Sociais



Repúdio à planejada agressão imperialista levou milhares de pessoas às ruas por todo os Estados Unidos

Manifestantes repudiam nos EUA ameaça de Trump à Venezuela

“É preciso aprender com as lições do Vietnã e do Iraque” e “impedir essa guerra antes que ela comece”, afirmou a Coalizão de forças progressistas que convocou as manifestações. A Coalizão

Answer (Atue Agora para Parar a Guerra e Acabar com o Racismo), junto a vários partidos e movimentos sociais, levou multidões às ruas por todo os EUA no sábado (6) contra o plano de Trump

de agressão à Venezuela. Incorporando a diversidade de estados como o Alasca, Geórgia, Illinois, Maine, Maryland, Massachusetts, Novo México, Oregon, Texas e Tennessee, os estadunidenses

expressaram sua repulsa à política belicista, para a qual já foram mobilizados quinze mil soldados para o entorno da Venezuela, “juntamente com um enorme poderio naval”. **Pág. 7**

Com um trilhão de reais dos cofres públicos sendo gasto ao ano com o pagamento aos banqueiros, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu, na quarta-feira, engordar o Natal dos rentistas, mantendo a taxa Selic em 15% ao ano. A Selic permanece no seu maior valor dos últimos vinte anos e a inflação em um dos menores no mesmo período, fazendo o juro real do Brasil um recorde mundial, que drena os recursos da sociedade e deixa setores produtivos em estado vegetativo. **Página 2**

Juro derruba PIB, que só cresce 0,1% no trimestre

Impactado pelos juros escorchantes de 15% impostos pelo Banco Central (BC), o Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todas as riquezas produzidas no Brasil – ficou estagnado no terceiro trimestre de 2025, ao variar apenas 0,1% frente ao segundo trimestre de 2025, época em que a economia desacelerou fortemente (0,3%) em comparação aos três primeiros meses do ano (1,5%). **Pág. 2**

Castro pressiona e a Alerj solta o presidente preso por ajudar o CV

Os aliados do governador bolsonarista Cláudio Castro decidiram revogar, na tarde da segunda-feira (8), no plenário da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), a prisão do deputado e presidente da casa, Rodrigo Bacellar (União Brasil). Ele foi preso na última semana por vazar operação da Polícia Federal contra o Comando Vermelho, e agora se licenciou da Alerj e usa tornozeleira eletrônica. **Pág. 3**



Embarcação Volitan atinge 150 km/h Engenheiros brasileiros criam veículo revolucionário de transporte na Amazônia

Uma empresa localizada em São José dos Campos, em São Paulo, criada em 2020 por três jovens engenheiros brasileiros, está revolucionando a concepção de logística de transporte na região amazônica. Nascida por inspiração do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Aeroriver, uma startup de engenharia, criou uma embarcação de efeito solo, que navega a uma altura de dois metros da água e atinge uma velocidade de 150 km/h.

Três engenheiros nascidos na Amazônia, Lucas Guimarães Souza, Felipe Araújo Bortoletto e Túlio Silva, resolveram unir seus conhecimentos para tentar ajudar a resolver problemas de sua região. Felipe, mestre em engenharia aeronáutica do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), contou que junto com os amigos tentou entender quais eram os principais problemas da Amazônia e como os seus conhecimentos poderiam ajudar a resolvê-los.

Eles concluíram que o principal problema da região amazônica era a logística de transporte. A Amazônia é uma região gigantesca, com muitas florestas e rios e que não conta com estradas suficientes para garantir uma boa logística de transporte.

As viagens são feitas por barco e são lentas. Só para se ter uma ideia, de Manaus a Parentins são 10 horas de lancha. O veículo criado por eles fará a mesma viagem em apenas 3 horas. Tanto passageiros como cargas e atividades da área de saúde e salvamento poderão se beneficiar desta nova tecnologia. A embarcação terá capacidade para dez passageiros e dois tripulantes.

Eles acharam que poderiam oferecer uma alternativa de transporte mais eficiente para a região. Daí surgiu a ideia dos engenheiros de criar a empresa Aeroriver e o “barco voador”, usando as vantagens do efeito aerodinâmico chamado efeito solo, que eleva a velocidade do veículo.

Esta iniciativa dos brasileiros mostra que, quando a tecnologia está a serviço da solução de problemas econômicos e sociais do país, ela se torna um bem de valor inestimável para o conjunto da sociedade. O apoio governamental a esse tipo de iniciativa é decisivo para que o país se desenvolva de forma mais acelerada e a inovação traga benefícios concretos para a sociedade.

Os engenheiros receberam o apoio financeiro da FINEP, órgão de fomento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, e subvenção econômica da Suframa, da Amazônia. Com este apoio, eles deram início ao projeto que visa nada mais do que, segundo Lucas Guimarães, tornar a Aeroriver uma das maiores empresas de “efeito solo” do mundo.

Lucas explica que o veículo de efeito solo não é um hidroavião ou um avião anfíbio. É um tipo de aeronave/embarcação que voa muito perto da superfície (água ou terra), aproveitando um fenômeno aerodinâmico chamado efeito solo, que reduz o arrasto e aumenta a sustentação, tornando-o 40% mais eficiente em velocidade e consumo de combustível do que se ele estivesse voando mais alto.

INSPIRAÇÃO NO ECRANOPLANO

O projeto criado por eles se inspirou num veículo muito maior, o Ecranoplano, uma embarcação inventada pelo engenheiro naval soviético Alexeev Rostislav Evgenievich nos anos 50. Eles detectaram que as suas principais características era o que eles necessitavam para resolver o problema da logística de transporte na Amazônia. Em 2024 o projeto recebeu investimentos do governo para acelerar o desenvolvimento da ideia dos pesquisadores.

Os engenheiros explicaram também que o Volitan – nome do veículo – é um tipo de veículo que tem mais facilidade em obter a regulamentação para poder trafegar. Isso porque, além de voar em baixa altitude, ele faz pouso e decolagem na água. Portanto a regulamentação é de uma embarcação e não de uma aeronave. Além disso, por decolar e pousar na água, não há necessidade de trem de pouso. “Ele possui um casco normal para navegação”, explica Felipe.

Copom dá abono de Natal para os banqueiros e mantém Selic em 15%



Em SP, ato responsabilizou Tarcísio pelo aumento da violência contra mulher

Juro do BC derruba PIB, que só cresce 0,1% no terceiro trimestre

Impactado pelos juros escorchantes de 15% impostos pelo Banco Central (BC), o Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todas as riquezas produzidas no Brasil – ficou estagnado no terceiro trimestre de 2025, ao variar apenas 0,1% frente ao segundo trimestre de 2025, época em que a economia desacelerou fortemente (0,3%) em comparação aos três primeiros meses do ano (1,5%).

Os números do PIB foram divulgados nesta quinta-feira (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também informou as revisões nas taxas do PIB do primeiro trimestre de 2025 (de alta de 1,3% para 1,5%); do segundo trimestre (de alta de 0,4% para 0,3%); do quarto trimestre de 2024 (de alta de 0,1% para recuo de 0,1%); e do terceiro trimestre de 2024 (de 0,8% para 0,9%), na série com ajuste sazonal.

“Está ocorrendo de fato uma desaceleração”, declarou Claudia Dionísio, analista das Contas Trimestrais do IBGE. “A taxa de juros mais alta compromete várias atividades da economia, umas menos sensíveis, outras mais”, completou.

De acordo com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a pretexto de combater a inflação – que está sob controle – os juros vão continuar asfixiando a economia brasileira “por um longo tempo”. Hoje, os juros reais já ultrapassam 10%, o maior ou segundo maior do mundo, paralisando investimentos, públicos e privados, o consumo das famílias e impedindo a geração de novos empregos e salários dignos.

O resultado do PIB do terceiro trimestre de 2025 veio também abaixo das expectativas do mercado financeiro, que apontava para o crescimento de 0,2% da economia.

Em valores correntes, a economia no terceiro trimestre somou R\$ 3,2 trilhões. Foram movimentados no período R\$ 2.786,4 bilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 449,3 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

INVESTIMENTOS

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2025 foi de 17,3%, o que é abaixo do registrado no mesmo período de 2024 (17,4%) e também completamente frustrante para as necessidades do Brasil,



Galípolo deve estar comemorando freada no PIB

que precisa se reindustrializar e gerar riqueza para a melhoria da população.

Pela ótica da produção, a Indústria como um todo cresceu 0,8% frente ao segundo trimestre, com as indústrias de transformação crescendo 0,3% e da construção variando em alta de 1,3%. Já o setor de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos demonstra queda de -1,0% no período.

A atividade dos Serviços ficou paralisada, com alta 0,1%, no terceiro trimestre. Dentro desta categoria, foram constatados crescimento no Comércio subiu (0,4%), Transporte, armazenagem e correio (2,7%), Informação e comunicação (1,5%), Atividades imobiliárias (0,8%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,4%) e Outras atividades de serviços (0,2%). Por outro lado, caíram as Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-1,0%).

Já Agropecuária variou em alta de 0,4% frente ao mês imediatamente anterior.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS

O consumo das famílias também foi paralisado no terceiro trimestre pela taxa básica de juros (Selic) do BC, fixada em 15% ao ano desde junho deste ano, o maior nível em quase duas décadas, corroendo a renda e elevando a inadimplência.

No trimestre passado, o consumo das famílias variou 0,1%. Já os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo aumentaram 0,9% na comparação entre o terceiro e o segundo trimestre.

Por sua vez, o consumo do governo avançou 1,3%. As exportações também tiveram

alta, de 3,3%, e as importações, de 0,3%.

Em relação com 2024, o PIB cresceu 1,8% no terceiro trimestre de 2025, sinalizando uma desaceleração após a alta de 2,2% registrada entre os meses de abril e junho.

Esse crescimento foi puxado principalmente pela Agropecuária, que cresceu 10,1% em relação a igual período de 2024, puxada por aumentos acima de 10% na produção de três culturas com safra significativas no terceiro trimestre: milho (23,5%), laranja (13,5%) e algodão (10,6%).

A Indústria cresceu 1,7%, puxada pelas altas de 11,9% nas Indústrias extrativas (com a maior extração de petróleo e gás) e da Construção (2,0%). Já as Indústrias de transformação, que corresponde por mais de 80% da indústria geral, recuou -0,6% na comparação anual. O setor de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,0%) também assinalou taxa negativa.

O setor de Serviços cresceu 1,3% frente ao mesmo período de 2024.

Pela ótica da demanda interna, o destaque negativo veio do Consumo das Famílias cresceu apenas 0,4% de um ano para o outro.

A gerente de pesquisa ressaltou que essa é a menor taxa “desde o primeiro trimestre de 2021, ainda durante a pandemia de Covid-19”.

A Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 2,3% em comparação com o mesmo trimestre de 2024, também demonstrando desaceleração com o trimestre anterior (4,1%), na mesma base comparativa.

Chefiado por Gabriel Galípolo, BC presenteia os banqueiros com uma taxa de juros reais de 9,44%, a segunda maior taxa do planeta

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central (BC) manteve nesta quarta-feira (10) o nível da taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano.

Essa decisão se dá após as divulgações do PIB brasileiro, que seguiu estagnado no 3º trimestre deste ano, e do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de novembro (0,18%), que registrou a menor taxa para um mês de novembro desde 2018.

Com a manutenção da taxa nominal de juro em 15%, o BC, chefiado por Gabriel Galípolo, presenteia os banqueiros com uma taxa de juros reais de 9,44% (descontado a inflação esperada), a segunda maior taxa do planeta, que perde apenas para a da Turquia (10,33%), de acordo com cálculos do site MoneYou, que analisou 40 países – sendo média geral de juros reais de 1,14%.

Em 12 meses até outubro, a inflação ficou em 4,46%, dentro do intervalo de tolerância de 4,5% proposto pelo sistema de metas de inflação do governo federal. Criada em 1999 pelo então governo de FHC, a meta de inflação, sempre regulada por meio de juros altos, só tem servido para fomentar políticas recessivas econômicas, desindustrialização e desemprego no Brasil.

Números do IBGE, divulgados na última semana, revelaram que o PIB brasileiro segue em estagnação, ao variar em alta de 0,1% no 3º trimestre deste ano, após ficar em 0,3% no 2º trimestre do mesmo ano. Esses resultados foram inferiores ao primeiro trimestre de 2025, de 1,5% de crescimento, devido principalmente à agropecuária, que conta com a menor participação no PIB.

A estagnação da economia é reflexo direto dos escorchantes juros do BC, que vem desaquecendo o consumo das famílias, paralisado no 3º trimestre deste ano, ao variar em alta de 0,1% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, e registra alta de apenas 0,4% em relação ao mesmo período de 2024 – sendo a menor taxa desde o primeiro trimestre de 2021, época de pandemia de Covid-19.

Os efeitos da política monetária contracionista do BC colocaram a taxa de investimento da economia (FBCF/PIB em termos nominais) no nível medíocre de 17,3% no terceiro trimestre, o que representou queda de 0,1 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2024.

Frente ao terceiro trimestre de 2024, o indicador FBCF –

que mede os investimentos em máquinas e equipamentos, construção civil, etc... – registra alta de 2,3%, o que é uma redução aos 4,1% de crescimento observado no segundo trimestre deste ano – na mesma base comparativa.

A desaceleração dos níveis do consumo e dos investimentos aprofundaram a derrocada dos indicadores da indústria de transformação, que viu seu PIB cair -0,6% no 3º trimestre de 2025, em relação com o mesmo trimestre de 2024. No primeiro trimestre, o principal ramo da indústria brasileira registrou queda de 1,1%, seguida de nova retração de 0,4% no 2º trimestre.

A indústria como um todo cresceu 1,7%, puxada pelas altas de 11,9% nas indústrias extrativas, ambas comparadas com o 3º trimestre de 2024.

Em outubro de 2025, a produção pela indústria de transformação recuou -06% no mês, após ter crescido em setembro (0%), conforme o IBGE. No décimo mês de 2025, ainda, o faturamento real da indústria recuou 2,7%, amargando a terceira taxa mensal negativa consecutiva, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Assim como na indústria, o setor de Serviços teve seu resultado do terceiro trimestre (alta de 0,1% em relação ao segundo trimestre deste ano, com o crescimento no Comércio subiu apenas 0,4%) também atrelado a perda de fôlego associada ao baixo consumo das famílias e ao declínio dos investimentos no país.

O investimento pelo governo ficou em alta 1,3% no 3º trimestre ante ao trimestre anterior.

Com a Selic em 15%, em 12 meses até outubro deste ano, o gasto do setor público consolidado (União, Estados/municípios e estaduais) com juros chega a R\$ 987,2 bilhões, o que corresponde a 7,88% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) do Brasil.

Em seu comunicado, o Copom afirma que “decidiu manter a taxa básica de juros em 15,00% a.a.”, e avalia que “a estratégia em curso, de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado, é adequada para assegurar a convergência da inflação à meta”.

Segundo o Comitê, “os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que, como usual, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado”, ameaça.

Faturamento real da indústria encolhe 2,7% em outubro

O faturamento real da indústria voltou a cair em em outubro, recuo de 2,7% no mês, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados nesta terça-feira (9). Fortemente impactada pelos juros altos do Banco Central (BC), de 15% ao ano, o setor já amarga o terceiro mês consecutivo de queda.

“Nos últimos meses, a indústria vem sentindo uma queda mais intensa na demanda por seus produtos. Naturalmente, esse recuo se reflete no faturamento do setor”, segundo Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

“Tomados de uma forma geral, esses indicadores tanto de faturamento, horas trabalhadas na produção e de utilização de capacidade instalada, nos últimos meses todos mostram ou variações negativas ou variações muito pequenas. Mostrando esse desaquecimento da indústria de uma forma geral, as dificuldades que a indústria vem enfrentando nesse final de ano, sobretudo por conta da queda da demanda para os bens industriais, que já vem se verificando há mais tempo”, completou o economista ao divulgar a pesquisa.

Com a sequência negativa nos últimos meses, o faturamento da indústria desacelerou fortemente em relação ao ano passado. “Até julho, o faturamento acumulava alta de 4,6% em relação a 2024. Agora, nos dez primeiros meses de 2025, o crescimento acumulado é de apenas 1,2% frente ao mesmo período do ano passado”, ressalta a CNI.

Em outubro deste ano, o emprego no setor caiu 0,3% em relação ao mês imediatamente anterior. Na mesma base com-

parativa, a massa salarial caiu 0,5% (sendo a quarta queda consecutiva), e o rendimento médio dos trabalhadores recuou 0,3%, também a quarta taxa negativa mensal, o que amplia o saldo negativo em relação a 2024 para -4,2%.

O número de horas trabalhadas variou em alta 0,4% na passagem de setembro para outubro de 2025. Na comparação com outubro de 2024, há queda de 0,6%.

Em outubro, também não foi constatado crescimento significativo da Utilização da Capacidade Instalada (UCI), que variou 0,1 ponto percentual em relação ao nível de setembro de 2025 (78,3%). Ante outubro de 2024, o indicador caiu 0,9 ponto percentual (p.p.) e, no ano, a UCI média até outubro está 0,9 p.p. abaixo que o observado no mesmo período de 2024.

Ao analisar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do 3º trimestre divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no dia 4 deste mês, destacou a “perda de ritmo evidente da indústria e sinalizam um quadro ainda mais preocupante para o setor nos próximos meses”.

“Existe uma defasagem entre a elevação das taxas de juros e a materialização dos efeitos sobre a economia. Isso significa que perda de ritmo adicional ainda deve acontecer”, avaliou o presidente da CNI, Ricardo Alban. “No caso da indústria, o quadro é ainda mais preocupante. Então, somado aos juros, a demanda interna mais fraca e a ascensão expressiva das importações complicam muito o cenário para os próximos meses”.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hp.rj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



O advogado do Banco Master e Dias Toffoli
Toffoli viajou para o Peru
em jatinho particular com
advogado do caso Master

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), viajou para Lima para assistir à final da Libertadores ao lado do advogado que atua no caso do Banco Master. Toffoli é relator do caso, que envolve uma fraude de R\$ 12 bilhões, na Corte.

O voo privado foi feito no jatinho do empresário Luiz Oswaldo Pastore, de quem Toffoli se diz amigo.

O advogado Augusto Arruda Botelho, que defende Luiz Antônio Bull, diretor de compliance do Banco Master, também estava no voo.

Luiz Antônio Bull foi preso em novembro na operação Compliance Zero. Entre os outros presos estava o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

O grupo realizou fraudes que somaram R\$ 12 bilhões e emitiu títulos de crédito falsos.

Dias Toffoli foi sorteado relator do caso da fraude do Banco Master no dia 28 de novembro, um dia antes da final da Libertadores, entre Flamengo e Palmeiras, que foi acompanhar no dia 29.

Segundo o g1, o ministro do Supremo confirmou a interlocutores que esteve no voo junto ao advogado.

Foi depois da viagem, em 3 de dezembro, que o advogado Augusto Arruda Botelho apresentou um recurso para que o caso fosse transferido para o STF – o que foi acolhido por Toffoli.

A transferência de foro ocorreu porque um documento apreendido cita o nome do deputado João Carlos Bacelar (PL-BA).

Falência da Segurança sob
Tarcísio faz explodir número
de feminicídios em São Paulo

Como se não bastasse o caos na Educação com a perseguição aos professores, cortes de verbas e vendas de escolas, como se não bastassem as dezenas de pedágios “free flow” que Tarcísio de Freitas está espalhando por São Paulo param sugar os paulistas, como se não bastasse as restrições de oferta de água e a mentira de que as tarifas não subiriam com a privatização da Sabesp, estamos assistindo neste momento ao desastre completo na Segurança Pública paulista.

EXPLOSAO DE ASSASSINATOS
Além da explosão de assassinatos no geral e roubos e assaltos espalhados por todas as regiões, estamos assistindo também a um recorde histórico no número de feminicídios no estado. E fato que a covardia contra as mulheres tem crescido em todos os cantos do país com o ressurgimento do fascismo no Brasil, mas é fato também que a situação é particularmente grave em São Paulo.

Na cidade de São Paulo o número de assassinatos de mulheres é o maior em dez anos, segundo dados da própria Secretaria de Segurança Pública. Ao invés de tomar providências diante desse verdadeiro descalabro, o governador Tarcísio achou melhor mandar seu secretário de segurança, Guilherme Derrite, a Brasília para recusar a ajuda oferecida pela União, atacar a Polícia Federal e defender bandidos das facções criminosas.

A Segurança Pública é uma responsabilidade constitucional dos governos estaduais. Os governos bolsonaristas, inclusive o de São Paulo, têm fracassado totalmente no combate à criminalidade. A SSP soltou uma nota tentando explicar o descalabro e argumentou que “o enfrentamento à violência contra a mulher é prioridade do Governo”.

No entanto, apesar da nota, como dissemos antes, no meio deste caos, o secretário de segurança de Tarcísio largou o cargo para assumir a cadeira de deputado federal e tentar impedir a ajuda da esfera federal no combate ao crime. Ele não só fez isso como tentou enfraquecer a atuação da Polícia Federal. Portanto, esta explicação de que prioriza a luta contra o feminicídio não passa de pura enrolação. Além disso, há o abandono das polícias. Há duas semanas delegados protestavam no estado contra os baixos salários e as péssimas condições das de trabalho.

DESCALABRO
Manifestantes realizaram atos em diversas cidades do país no domingo (7) para protestar contra o aumento dos casos de feminicídio e outras formas de violência contra as mulheres. Segundo o movimento Levante Mulheres Vivas, houve convocação de atos em pelo menos 20 estados e no Distrito Federal. Na capital paulista, milhares de pessoas se concentraram ao meio-dia em frente ao Masp, na Avenida Paulista. O grupo exibiu faixas e cartazes com frases como “Mulheres Vivas” e caminhou pela região central da cidade.

Na capital paulista, milhares de pessoas se concentraram ao meio-dia em frente ao Masp, na Avenida Paulista. O grupo exibiu faixas e cartazes com frases como “Mulheres Vivas” e caminhou pela região central da cidade. O protesto foi marcado por referência a dois casos registrados neste domingo: o assassinato da farmacêutica Daniele Guedes Antunes, de 38 anos, em Santo André, e a morte de Milena de Silva Lima, de 27 anos, em Diadema — ambas atacadas por ex-companheiros.

Impunidade: Motta e aliados
reduzem penas dos golpistas



Hugo Motta e os bolsonaristas votaram o projeto na madrugada de quarta-feira

Decretos de Bolsonaro fortaleceram
arsenal dos bandidos, mostra estudo

O Instituto Sou da Paz fez um amplo levantamento sobre as consequências da flexibilização na compra e manejo de armas no Brasil durante o trágico governo de Jair Bolsonaro e chegou a resultados estarrecedores, certamente, associados de forma direta ao aumento da violência no país.

Uma demonstração cabal de que o fascismo, que esteve entranhado nas decisões de Bolsonaro, é a causa central da violência que, até os dias de hoje, mata e fere mulheres numa escala nunca vista no território nacional.

O levantamento analisou 255,9 mil apreensões na região Sudeste entre 2018 e 2023 e constatou, por exemplo, que armas recém-compradas migram ao mercado clandestino rapidamente, o que alterou o perfil do armamento apreendido pelas polícias no Sudeste, impulsionando a modernização do arsenal dos criminosos.

Intitulado “Arsenal do Crime: Análise do perfil das armas de fogo apreendidas no Sudeste”, o levantamento investigou 255,9 mil apreensões realizadas pelas polícias estaduais e pela Polícia Federal de 2018 a 2023. Os dados foram obtidos por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação).

A quantidade de armas apreendidas sofre queda contínua desde a aprovação do Estatuto do Desarmamento, diz o estudo. Houve reversão em 2023, quando a região registrou 37.994 ocorrências do tipo ante 36.370 do ano anterior.

A política de flexibilização do acesso a armas

no Brasil foi promessa de campanha de Bolsonaro, que, historicamente, condenava o Estatuto do Desarmamento, sob o falacioso argumento de que a lei impedia que as famílias se defendessem.

Em maio de 2019, a mudança legal mais notável na direção da flexibilização adotada por Bolsonaro foi a que envolvia o uso de pistolas 9mm, cuja compra foi facilitada através de norma editada pelo seu governo.

Na região Sudeste, entre todas as apreensões dessas armas modelos 9 mm respondiam por 28,5% das ocorrências em 2018, um ano antes da flexibilização, percentual que saltou a 50,5% em 2023. Seu uso até então era restrito às polícias e às Forças Armadas.

LULA REVERTE
Ao assumir o governo, em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou as normas bolsonaristas, chamando-os de “criminosos decretos de ampliação do acesso a armas e munições, que tanta insegurança e tanto mal causaram às famílias brasileiras”.

A pesquisa aponta que o crescimento redensha as características do arsenal clandestino. Apreensões de revólveres caíram de 42,2%, em 2018, para 37,6%, em 2023, a medida que as de pistolas foram de 25,1% para 35,9% no mesmo período.

Tal padrão se repete em São Paulo, onde ocorrências do gênero envolvendo pistolas saíram de 25,6% para 33,4% no primeiro e no último ano, respectivamente, enquanto a apreensão de revólveres caiu de 47,4%

para 43,5%.

A participação das armas 9 mm no total de pistolas apreendidas no estado, enquanto isso, escalou de 8,4% para 37,2% no período analisado. Foram 273 apreensões no primeiro ano da série e 1.305 no último.

Outro dado do levantamento aponta que as armas apreendidas estão mais novas. Em 2018 houve 170 apreensões de modelos fabricados até dois anos antes da respectiva ocorrência, número que em 2023 chegou a 843 somente em território paulista.

De acordo com o Instituto, o aumento “traz um indicativo forte de que armas recém-adquiridas no mercado legal estão migrando rapidamente para o universo criminal”.

Fuzis também entram nessa conta: foram 4.444 apreensões no Sudeste, 910 das quais em São Paulo. O estado vem registrando aumento: os fuzis abrangiam 0,9% das apreensões em 2018 e em 2023 corresponderam a 1,5%.

O estudo constatou, ainda, que o número de armas artesanais no geral caiu durante período analisado. Essa modalidade de armas representa parte expressiva dos aparatos com maior poder de fogo, a exemplo do que ocorria em Santa Bárbara d’Oeste —onde uma fábrica clandestina foi fechada pela PF em operação que levou 11 pessoas a serem denunciadas neste ano. Investigações apontam que facções se utilizam desse tipo de fábrica para se armar.

MARCO CAMPANELLA

Castro pressiona e Alerj revoga prisão do
deputado que ajudou Comando Vermelho

Os aliados do governador bolsonarista Cláudio Castro decidiram revogar, na tarde da segunda-feira (8), no plenário da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), a prisão do deputado e presidente da casa, Rodrigo Bacellar (União Brasil). Ele foi preso na última semana por vazar operação da Polícia Federal contra o Comando Vermelho.

A sessão começou por volta da 15h com a participação dos 65 deputados. Para relaxar a prisão, eram necessários ao menos 36 votos favoráveis. A maioria pela revogação da prisão foi atingida por volta das 16h50. Na sessão, 42 votaram pela revogação da prisão de Bacellar, 21 votaram contra e houve duas abstenções. Três deputados faltaram e 1 está licenciado.

Na manhã da mesma segunda-feira a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) já havia sinalizado por quatro votos a três pela revogação da prisão de deputado Rodrigo Bacellar (União). Ele está preso por vazar uma operação da PF contra integrantes do Comando Vermelho (CV).

Na véspera da operação da PF que prendeu o traficante de armas do Comando Vermelho, TH Joias, o deputado Rodrigo Bacellar avisou ao traficante e orientou que ele “apagasse” provas. A Polícia ainda conseguiu prender o traficante do CV, mas com o aviso de Rodrigo Bacellar, ele conseguiu se desfazer de algumas provas dos crimes, não todas, mas de algumas provas. Na época Castro manobrou

para não precisar votar e, assim, não explicitar suas ligações com o crime organizado.

Quando da prisão de TH Joias, que era suplente, Castro exonerou Rafael Picciani para assumir a cadeira e não precisou da votação. Desta vez ele foi obrigado a se expor. Na CCJ quatro votaram para soltar Rodrigo Bacellar. Como os integrantes da CCJ são sete, foi aprovada a posição de libertar o parlamentar que tentou impedir a prisão do traficante de armas do CV. A decisão passou também pelo plenário da Alerj. As votações, tanto na CCJ quanto no plenário da Alerj, explicitaram que Cláudio Castro esta empenhado em manter seus vínculos com o Comando Vermelho e livrar Rodrigo Bacellar da prisão.

Entre os beneficiários da trama contra a democracia, já condenados e presos, está o chefe da organização criminoso, Jair Bolsonaro

A maioria dos deputados presentes à sessão convocada às pressas e de supetão pelo presidente da Câmara, Hugo Motta, aprovou o projeto de lei que prevê a redução de penas de pessoas condenadas pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e pela tentativa de golpe de Estado.

Na contramão da aspiração democrática, expressa pela maioria absoluta da população brasileira, a proposta foi aprovada em Plenário por 291 votos a 148 e será enviada ao Senado, depois de tumultos causados pela decisão de Motta, como também pela obstrução dos trabalhos da imprensa e a retirada à força do deputado Glauber Braga da cadeira do presidente da Mesa da Câmara.

O texto aprovado na madrugada da quarta-feira (10) é um substitutivo do relator, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), ao Projeto de Lei 2162/23, do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) e outros.

O substitutivo aprovado prevê que os crimes de tentativa de acabar com o Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado, quando praticados no mesmo contexto, implicarão o uso da pena mais grave em vez da soma de ambas as penas.

Os bolsonaristas e seu séquito queriam mais. Tentaram, principalmente depois da condenação e prisão de seu chefe, Jair, a anistia ampla, geral e irrestrita aos golpistas, mas foram barrados na sua alucinada proposta pela reação da sociedade.

O texto original previa anistia a todos os envolvidos nos atos de 8 de janeiro e dos acusados dos quatro grupos relacionados à tentativa de golpe de Estado julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mas esse artigo foi retirado do projeto.

O alívio nas penas no projeto aprovado prevê benefício a todos os condenados da tentativa de golpe de Estado, como aqueles do grupo principal:

Jair Bolsonaro, ex-presidente da República; Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil; Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; e Alexandre Ramagem, deputado federal.

Esse grupo foi condenado a penas que variam de 16 anos a 27 anos em regime fechado pela 1ª Turma do STF), em caráter definitivo, em 25 de novembro deste ano. Outras penas de detenção devem ser cumpridas depois daquelas de reclusão.

Como a lei pode retroagir para beneficiar o réu, a nova regra implicaria a revisão do total para esses dois crimes, prevalecendo a pena maior (4 a 12 anos) por tentativa de golpe de Estado. Agravantes e atenuantes ainda serão aplicáveis sobre o cálculo.

A avaliação do benefício ao golpista Jair Bolsonaro é a redução da pena para apenas 2 anos e 4 meses em regime fechado, em vez dos 7 anos e 8 meses pelo cálculo atual da vara de execução penal.

A conta final, no entanto, cabe ao Supremo definir e pode depender de ser validado o uso de trabalho e estudo em regime domiciliar para diminuição dos dias de prisão.

A diferença também é influenciada pela mudança nas regras de progressão de regime fechado para semiaberto feita pelo relator.

Atualmente, exceto para condenados por crimes hediondos, o réu primário obtém progressão de pena se cumprir 16% dela em regime fechado, mas o crime não pode ter sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.

Como os crimes de tentativa de golpe e abolição do Estado Democrático são tipificados com a característica de “violência ou grave ameaça”, Paulinho da Força muda o texto da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) para fazer valer os 16% de regime fechado para crimes com ou sem violência ou grave ameaça.

Sem a mudança, a progressão ocorreria apenas com o cumprimento de 25% da pena pelo réu primário. Para os reincidentes, o índice de cumprimento no regime fechado passa de 30% para 20%.

Esses 25% valerão apenas para o réu primário condenado

por crimes contra a vida (título I do Código Penal) e contra o patrimônio (título II do Código Penal) praticados com violência ou grave ameaça.

Já a reincidência, na mesma situação de crimes contra a vida ou o patrimônio, continua implicando o cumprimento de 30% da pena para a progressão.

Portanto, de modo geral, o relator e a maioria parlamentar que o acompanhou aliviaram para os golpistas, diante de um fato histórico: foi a primeira vez na história republicana que ex-ocupantes na alta esfera do Poder Executivo e das Forças Armadas são condenados por crimes contra a democracia, através de um processo que demonstrou absoluta independência do Poder Judiciário e em que os acusados tiveram amplo direito de defesa.

OUTROS CRIMES
A referência, no Código Penal, a crimes praticados com “grave ameaça” envolve vários não pertencentes aos títulos I e II, como o de afastamento de licitante (reclusão de 3 a 5 anos), constante do título XI.

Já no título VI estão tipificados crimes contra a liberdade sexual para os quais há agravantes relacionados a essa grave ameaça, como favorecimento da prostituição (reclusão de 4 a 10 anos) e rufianismo (reclusão de 2 a 8 anos), cujas progressões seriam também afetadas pela redação proposta, já que a referência à violência contra a pessoa ou grave ameaça, para efeitos de progressão de regime, é substituída pela referência apenas aos títulos I (crimes contra a vida, como homicídio) e II (crimes contra o patrimônio, como roubo).

Assim, esses crimes citados contarão com menor tempo para progressão de regime, pois não são enquadrados como hediondos, com exigência maior para alcançar o semiaberto, nem constam dos títulos I ou II do Código Penal.

No caso de prisão domiciliar, o relator propôs, ainda, que a realização de estudo ou trabalho para reduzir a pena, como permitido atualmente no regime fechado, possa valer no caso da prisão nesse regime.

Sobre esse tema, principalmente o Superior Tribunal de Justiça (STJ) produziu jurisprudência permitindo essa prática, tanto que comprovada e fiscalizável.

Para os crimes de tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito e de tentativa de golpe de Estado, quando praticados em contexto de multidão, como o caso dos participantes dos atos de 8 de janeiro de 2023 nas sedes dos três Poderes, em Brasília, o texto reduz a pena de 1/3 a 2/3, desde que o agente não tenha financiado o ato ou exercido papel de liderança.

DESTAQUES REJEITADOS
A maioria parlamentar também rejeitou todos os destaques apresentados pelo PSB e pelas federações Psol-Rede e PT-PCdoB-PV na tentativa de mudar trechos do texto.

Confira os destaques votados e rejeitados:

destaque do PSB pretendia excluir todas as mudanças no sistema de progressão de penas;

destaque da Federação Psol-Rede pretendia manter o cumprimento mínimo de 25% da pena de reclusão pelo réu primário condenado por qualquer crime com o exercício de violência ou grave ameaça, como os relacionados à tentativa de golpe de Estado;

destaque da Federação PT-PCdoB-PV tinha o mesmo objetivo com outra exclusão semelhante de parte do texto; **destaque da Federação PT-PCdoB-PV** pretendia excluir a possibilidade de diminuição de pena com estudo ou trabalho realizados em prisão domiciliar;

destaque da Federação PT-PCdoB-PV pretendia retirar trecho que determina o uso apenas da maior pena dos crimes de tentativa de golpe de Estado e de abolição do Estado Democrático de Direito;

destaque da Federação PT-PCdoB-PV pretendia excluir trecho que prevê redução de 1/3 a 2/3 da pena por esses crimes se praticados no contexto de multidão, como os atos de 8 de janeiro de 2023.

(com informações da Agência Câmara)

Tarcísio repassa 88% da verba para privatizadas e estrangula Metrô e CPTM

Concessionárias privadas ficaram com maior parte dos recursos do Bilhete Único, enquanto as estatais, que transportam mais, recebem centavos por usuário

Levantamento realizado pelo portal Plamurb revela o verdadeiro assalto contra o Metrô e a CPTM realizado pelo governo de São Paulo com o objetivo de garantir gigantescas margens de lucro às linhas que foram privatizadas. De R\$ 2,8 bilhões destinados às linhas de metrô e trens da cidade, somente R\$ 335 milhões ficaram com as empresas estatais, enquanto os outros R\$ 2,458 bilhões abasteceram os cofres privados que, inclusive, transportam menos passageiros.

A análise tem como base os recursos do repasse do Bilhete Único, gerido pela Prefeitura de São Paulo, para o transporte sobre trilhos, administrado pelo governo Tarcísio de Freitas. Em 2024, o Bilhete Único movimentou R\$ 6,9 bilhões e, desse total, R\$ 2,8 bilhões foram destinados ao sistema sobre trilhos. E, mesmo assim, Metrô e CPTM ficaram com menos de 5% desse valor.

Os números são oficiais e foram obtidos pelo Plamurb, canal dedicado à mobilidade urbana no Estado de São Paulo, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Para conseguir os dados, o autor do estudo, Thiago Silva, recorreu à SPTrans, Metrô, CPTM e Artesp — e, no caso das concessionárias, algumas respostas só vieram após recursos, diante de inconsistências, segundo o veículo.

O convênio do Bilhete Único estabelece uma Câmara de Compensação: toda a arrecadação é reunida e distribuída entre os operadores, públicos e privados, conforme regras contratuais. E é justamente nesse ponto que aparece o grande problema. Pelas regras criadas pelo governo paulista, as operadoras privadas têm prioridade no saque. Retiram primeiro suas cotas, baseadas na chamada “tarifa contratual” — um valor muito superior à tarifa pública paga pelo usuário na catraca. O que sobra — se sobrar — vai para Metrô e CPTM.

O resultado é um desequilíbrio tão grotesco quanto calculado. A ViaQuatro (Linha 4-Amarela) recebeu sozinha R\$ 1,03 bilhão, quase cinco vezes mais que o Metrô. As operadoras privadas ficaram com 88% de todos os recursos destinados ao transporte sobre trilhos. O Metrô, que transporta mais que qualquer concessionária, ficou com apenas R\$ 219 milhões. A CPTM, responsável pela mobilidade de toda a Região Metropolitana, recebeu R\$ 116 milhões. E, quando se observa a tarifa média por passageiro, o absurdo se torna ainda mais claro: ViaQuatro, R\$ 5,19 por usuário; Metrô, R\$ 0,59; CPTM, R\$ 0,72.

Como resume a Fenametro (Federação Nacional dos Metroferroviários), “quem mais transporta recebe menos; quem menos transporta recebe dez vezes mais”.

Segundo a federação, “esse desequilíbrio não é técnico. É ideológico, é contratual, é intencional. O governo criou um modelo para garantir rentabilidade privada enquanto estrangula as estatais”. Os dados provam. Metrô e CPTM transportam mais gente, cobrem uma rede maior, têm mais estações, mais funcionários e custos gerais maiores — e,

mesmo assim, recebem a menor fatia do BU. Ainda assim, mesmo somando toda a receita tarifária (BU + TOP), suas tarifas médias seguem menores do que as das concessionárias privadas.

LINHA AMARELA

A Linha 4-Amarela é o exemplo acabado do modelo: menor extensão, menos estações, alto grau de automação, menos funcionários. Seria a mais barata de operar — mas é a que mais suga recursos. “Menor custo operacional + tarifa contratual mais alta = lucro garantido para o privado; maior demanda + tarifa menor = sufocamento das estatais”, afirma a Fenametro. Quando as concessionárias enfrentam falhas, que se multiplicaram nos últimos anos com incêndios, quebras e descarrilamentos, o governo rapidamente aponta o dedo para as estatais, criando falsos argumentos para justificar novas privatizações.

E elas já estão contratadas. Em 2025, entrou a TIC Trens. Em 2026, virão Acciona (Linha 6-Laranja) e Trivia Trens (Linhas 11, 12 e 13). Todas com garantias robustas, tarifas contratuais altas e prioridade no fluxo da Câmara de Compensação. A pergunta feita pelo Plamurb é óbvia: quando todas quiserem sacar primeiro, de onde virá o dinheiro? A resposta, diz a Fenametro, também é óbvia: “o povo de São Paulo, com tarifas mais altas, serviços mais precários e mais dinheiro público socorrendo empresas privadas ‘superavitárias’”.

Mesmo com os repasses reduzidos ao mínimo, Metrô e CPTM continuam entregando mais do que todas as concessionárias. E isso incomoda o projeto privatista. O governo paulista, admitindo o desequilíbrio, passou desde 2022 a repor parte das perdas das estatais — com recursos do Tesouro, ou seja, dinheiro público. Mas, politicamente, é mais conveniente manter a desculpa esfarrapada de que as concessionárias são superavitárias e as estatais deficitárias, do que assumir que o Estado subsidia empresas privadas. Na Assembleia Legislativa, o governo tentou relativizar o problema dizendo que “repasa depois”.

A própria comparação ampla confirma a distorção: quando se divide toda a receita tarifária real — e não apenas o BU — pelo total de viagens, Metrô e CPTM seguem com tarifas médias menores do que qualquer linha privatizada. Em outras palavras, são as empresas públicas que sustentam a operação pesada, com maior rede e maior demanda, extraindo o máximo de cada real investido enquanto as concessionárias operam em condições muito mais vantajosas.

Como conclui a Fenametro, “o desmonte do transporte sobre trilhos em São Paulo não é uma tragédia inevitável. É um projeto consciente de transferência de riqueza pública para o bolso de concessionárias privadas”. É a escolha política de um governo que governa para os empresários, não para o povo, e que entrega patrimônio público enquanto esconde quem paga a conta: os milhões de trabalhadores que dependem diariamente do transporte sobre trilhos.

Governador quer cortar 60% da verba de combate a enchentes em São Paulo

O governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) pretende reduzir os investimentos no combate a enchentes em mais de 60%. A proposta compõe o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e reduz de R\$ 314 milhões, em 2025, para R\$ 120 milhões no próximo ano, uma diferença de R\$ 194 milhões.

A redução faz parte dos cortes da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), que, de acordo com reportagem do Metrópoles, em valores absolutos é a pasta que teve queda orçamentária mais expressiva: de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 8,7 bilhões. A redução de R\$ 2,2 bilhões representa queda de 19,8%.

Embora os números sejam autoexplicativos, Tarcísio diz que a redução é “narrativa da oposição” e argumenta que a redução se deve à finalização de obras estruturantes no setor.

A oposição, por sua vez, destaca que o recurso poderia ser

reinvestido em novas melhorias no setor. O corte na ação de drenagem e combate a enchentes foi de R\$ 194 milhões, uma redução de 61,7% para o próximo ano.

“Não podemos nos contentar com algumas obras apenas sendo concluídas, precisamos da ampliação da atenção e dos recursos destinados ao tema. Propus a emenda para buscar corrigir ainda que minimamente essas distorções”, disse a deputada de oposição, Andrea Werner (PSB-SP).

Em fevereiro de 2023, primeiro ano de gestão de Tarcísio, São Sebastião foi palco de uma catástrofe, quando choveu cerca de 680 milímetros em seis horas na cidade provocando desmoronamentos e deslizamentos que vitimaram sessenta e cinco pessoas.

O texto tem mais de 31 mil propostas de emenda e deve ser votado até o próximo dia 16 na Assembleia Legislativa de São Paulo.



De R\$ 2,8 bilhões, somente R\$ 335 milhões ficaram com empresas estatais

CPMI do INSS convoca Zema e dono do Master para apurar irregularidades no crédito consignado

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS aprovou a convocação do empresário Daniel Bueno Vorcaro, dono do Banco Master, e do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, para prestar depoimento sobre possíveis irregularidades na oferta de crédito consignado a aposentados e pensionistas.

A presença de Zema foi motivo de debate entre governistas e oposição. Parlamentares que defendiam a convocação afirmaram que empresas ligadas ao governador, como a Zema Financeira, teriam sido beneficiadas pela Medida Provisória 1.106, que ampliou a possibilidade de concessão de empréstimos consignados a beneficiários de programas sociais. Embora a oposição sustente que houve favorecimento no mercado, aliados de Zema argumentam que o governador se desligou oficialmente das empresas da família em 2018, antes de assumir o cargo, e que a convocação atende a interesses políticos, especialmente às vésperas das eleições municipais e estaduais.

À defesa afirma ainda que a atividade da instituição financeira seguiu regras do setor bancário e que a investigação deve focar práticas ilegais e não disputas partidárias. A decisão foi tomada em reunião realizada nesta quinta-feira (04), como parte da investigação sobre denúncias de fraudes, cobranças indevidas e favorecimento de instituições financeiras ligadas ao setor. Além da convocação, os parlamentares aprovaram a quebra dos sigilos bancário,



Romeu Zema, governador de Minas Gerais

fiscal e telemático de Vorcaro, medida que busca aprofundar a análise das operações do banco no mercado de consignados, especialmente nas modalidades de cartão consignado e reserva de margem, que concentram a maior parte das reclamações de beneficiários.

Segundo integrantes da CPMI, o Banco Master aparece com destaque entre as instituições com mais registros de queixas envolvendo empréstimos com desconto direto do benefício do INSS e operações vinculadas a programas sociais, o que levou os investigadores a concluir que o depoimento de Vorcaro é essencial para esclarecer a extensão das práticas adotadas pelo banco.

A CPMI também pretende ouvir representantes de outros bancos que atuam no segmento de consignados, entre eles Daycoval, Pan, Agibank e BMG, além de solicitar relatórios do Coaf sobre movimentações financeiras consideradas suspeitas envolvendo empresas que operam com esse tipo de crédito. As investigações parlamentares ocorrem em paralelo à Operação Sem Desconto, da

Polícia Federal, que apura um esquema de fraudes em empréstimos consignados e descontos irregulares em benefícios do INSS, com suspeita de desvio bilionário e participação de intermediários que atuavam para aprovar contratos em nome de idosos e pessoas vulneráveis.

Com as novas convocações, os parlamentares dizem buscar esclarecer responsabilidades individuais, entender a participação das instituições privadas no crescimento das reclamações e identificar possíveis elos entre empresas financeiras e agentes públicos. Caso a CPMI confirme irregularidades, o relatório final poderá recomendar indicações, sugerir mudanças na legislação e encaminhar provas ao Ministério Público e à Polícia Federal para abertura de ações judiciais. O depoimento de Vorcaro e Zema está previsto para as próximas semanas e deve se tornar um dos momentos centrais da investigação, com potencial de ampliar a pressão sobre o setor bancário e provocar impacto político relevante.

“O Agente Secreto” e Wagner Moura são indicados ao Globo de Ouro 2026

O longa-metragem brasileiro “O Agente Secreto” foi indicado, nesta segunda (08) ao Globo de Ouro 2026 às categorias de Melhor Filme de Língua Não Inglesa, Melhor Ator em Filme de Drama, pela atuação de Wagner Moura, e Melhor Filme de Drama. Ambientado nos anos 1970, o filme conta a história de um professor universitário, interpretado por Wagner Moura, que volta para o Recife para reencontrar o filho caçula, apesar do risco que corre em plena ditadura militar.

O cineasta Kleber Mendonça Filho, indicado à categoria de Melhor Direção, ficou de fora da lista de indicados. Na categoria Melhor Filme de Língua Não Inglesa, “O Agente Secreto” vai concorrer com longas-metragens de outros países como França, Coreia do Sul, Espanha e Noruega. Entre os melhores filmes de drama, a produção brasileira concorre com “Franskenstein”, “Hamnet”, “Foi Só Um Acidente”, “Valor Sentimental” e “Pecadores”.

Já entre os indicados da categoria Melhor Ator, Wagner Moura vai concorrer à estatueta na categoria Melhor Ator de Drama com Joel Edgerton (“Sonhos de Trem”), Oscar Isaac (“Frankenstein”), Dwayne Johnson (“Coração de Lutador: The Smashing



Machine”), Michael B. Jordan (“Pecadores”) e Jeremy Allen White (“Springsteen: Salve-me do Desconhecido”).

O Globo de Ouro é um dos principais termômetros para o Oscar 2026, principal premiação de cinema. Os indicados à 98ª edição serão anunciados em 22 de janeiro de 2026 e a cerimônia será realizada em 15 de março. A cerimônia oficial de premiação acontecerá em 11 de janeiro de 2026.

“O Agente Secreto”, dirigido por Kleber Mendonça Filho, também é o representante brasileiro para tentar uma vaga na categoria de Melhor Filme Internacional no Oscar 2026.

O longa é a grande esperança de uma segunda estatueta do Oscar seguida para o país. Desde o lançamento,

o filme vem sendo premiado em diversos festivais.

No último domingo (7), o filme ficou em 2º lugar em Melhor Filme no prêmio de críticos de Los Angeles. Para especialistas, o feito indica que o filme tem chances de levar uma indicação ao Oscar de Melhor Filme. Nas previsões do Oscar da revista “Variety”, o brasileiro figura entre os possíveis indicados.

Na semana passada, “O agente secreto” levou o prêmio de Melhor Filme Internacional pelo New York Film Critics Circle Awards (NYFCC, prêmio do Círculo de Críticos de Nova York). Wagner Moura também venceu como Melhor Ator na premiação. Em maio, o filme levou o Prêmio da Crítica no Festival de Cannes.



Cláudio Castro e deputado TH Joias

PF está no encalço das ligações de Castro com o Comando Vermelho

Cláudio Castro (PL) tinha ligações íntimas com o ex-deputado TH Joias (Thiago Raimundo dos Santos Silva), preso pela Polícia Federal em investigações por lavagem de dinheiro, compra de armas e drones para os chefes da facção Comando Vermelho (CV) no Estado. Agora, a prisão de Rodrigo Bacellar volta a expor mais nitidamente as ligações do executivo fluminense com as facções.

Segundo reportagem do UOL, quando da prisão de TH Joias, traficante do Comando Vermelho, Cláudio Castro obrigou a publicação de uma edição extraordinária do Diário Oficial do Estado em 3 de setembro, na tarde do dia em que o ex-deputado TH Joias havia sido preso pela PF. A prisão se deu nas investigações de lavagem de dinheiro, compra de armas e drones para facções no Estado.

Esta decisão de Castro está na mira da Polícia Federal (PF) e é considerada a primeira digital do chefe do Executivo fluminense na investigação sobre as ligações do Comando Vermelho (CV) com integrantes do Palácio Guanabara. O governador exonerou às pressas o então secretário estadual de Esporte e Lazer, Rafael Picciani (MDB).

Picciani era filho e principal herdeiro político do falecido político Jorge Picciani, que foi preso pela PF quando era presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), assim como Rodrigo Bacellar, atual presidente da Casa, preso na última quarta-feira (3). A manobra, segundo a PF, tinha como objetivo forçar Picciani a voltar para a Alerj e, diplomaticamente, conseguir a saída do cargo de TH Joias, evitando assim que a Alerj fosse obrigada a votar a manutenção ou relaxamento da prisão, como mandam as regras no Estado.

TH Joias era o segundo suplente do partido. Com a morte do deputado Otoni de Paula Pai, em maio do ano passado, uma vaga foi criada no Parlamento. O primeiro suplente, Rafael Picciani, no entanto, decidiu não assumir o cargo e migrou para o secretariado de Castro, abrindo caminho para TH assumir. Com a volta de Picciani, o deputado preso automaticamente perderia seu assento na Casa — assim, não haveria motivo para avaliar sua prisão.

Castro queria evitar ter que se expor para tirar da prisão um parlamentar que já havia sido preso por tráfico anteriormente e que, naquele momento, era suspeito de ter ligação direta com a cúpula do CV. Recusar se envolver e manter a prisão, poderia trazer impactos mais desastrosos e terminar em rompimento com o braço do CV, passando um recado de destruição de pontes com os líderes do tráfico.

Para os investigadores as movimentações de Castro revelaram um dilema do governo fluminense naquela ocasião. Soltar deixaria a nu a ligação de Castro com o crime e obstruir a prisão de TH Joias seria obter “a manutenção do vínculo desses agentes políticos com o Comando Vermelho, facção responsável pelo maior controle territorial do Estado do Rio de Janeiro, o que se traduz em milhões de votos no pleito eleitoral que se avizinha”. Castro parece ter optado pela primeira opção, apesar de dizer que a saída de Picciani tinha a ver com um pacote a ser votado na Alerj.

No dia de toda a movimentação, Castro ainda foi às redes sociais falar sobre a manobra, hoje vista como suspeita pela PF. “Por minha determinação, o deputado estadual Rafael Picciani está retomando seu mandato na Assembleia Legislativa. Ele substitui o deputado estadual TH Joias, preso hoje em ação conjunta das polícias Civil e Federal e do Ministério Público”, publicou o governador, que aparece ao lado de TH em várias fotos divulgadas na internet.

Na decisão que determinou a prisão de Rodrigo Bacellar, presidente da Alerj, nesta quarta-feira (3), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), dá a entender que todo o trâmite, endossado e assinado por Castro, tenha relação com a necessidade de garantir votos para as eleições de 2026.

O despacho do governador é classificado como uma “célere manobra regimental” que, como efeito imediato, tinha como objetivo fazer um “controle de danos” tirando o parlamentar do posto, “visando desvincular a imagem da Alerj do investigado TH Joias, que, como é de conhecimento público, era aliado político e presença constante em eventos institucionais dos Poderes Executivo e Legislativo”.

Em um segundo momento, dizem os investigadores, a estratégia implementada com essa “ação obstrutiva” seria obter “a manutenção do vínculo desses agentes políticos com o Comando Vermelho, facção responsável pelo maior controle territorial do Estado do Rio de Janeiro, o que se traduz em milhões de votos no pleito eleitoral que se avizinha”.

Por fim, Moraes determinou ao governo do Rio o fornecimento de todas as informações de acesso aos sistemas online oficiais em que tramitaram documentos referentes à exoneração de Picciani do cargo de secretário de Estado, “com horário, usuário responsável, logs de acesso e demais dados disponíveis”. O ministro do STF mandou ainda que a Imprensa Oficial do Estado forneça os dados e horários referentes ao pedido para a criação da edição extraordinária do dia 3 de setembro de 2024



Reajuste sofreu uma trava devido ao teto de gastos do Ministério da Fazenda

Com arcabouço fiscal, salário mínimo tem aumento real limitado a 2,5% em 2026

O governo federal confirmou, nesta quarta-feira (10), o reajuste do salário mínimo para o próximo ano, que passa dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621. O aumento de R\$ 103 reflete às novas regras fiscais impostas pelo arcabouço fiscal, aprovadas no final do ano passado.

O reajuste, embora siga valorizando o salário mínimo, que é definido por dois indicadores econômicos – a reposição das perdas inflacionárias medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor em 12 meses até novembro (4,4%, segundo o IBGE), e o crescimento do PIB de dois anos antes –, sofreu uma trava devido ao teto de gastos imposto pelo novo arcabouço fiscal.

Embora o Produto Interno Bruto (PIB) de 2024 tenha crescido 3,4%, o aumento real repassado ao trabalhador foi limitado a 2,5%, por conta do novo arcabouço, que restringe o crescimento real das despesas a esse percentual.

De acordo com estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), embora com a regra de valorização a cada ano, o valor do salário mínimo está muito distante do que é considerado necessário para o sustento digno de uma família brasileira.

Segundo o órgão, para cobrir despesas básicas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o valor do salário mínimo deveria ser R\$ 7.067,18 (dados de novembro). Esse montante equivale a 4,66 vezes o valor do piso atual.



Trabalhadores cobram a reposição imediata da inflação, num um reajuste de 10,34%

Petroleiros aprovam estado de greve por acordo coletivo que garanta aumento real

Os petroleiros iniciaram esta semana assembleias da categoria em todo o Brasil e já indicam uma greve nacional em todo o Sistema Petrobrás a partir do próximo dia 15.

De acordo com a Federação Unica dos Petroleiros (FUP) e o Sindipetro Unificado, “a categoria está revoltada e indignada com os ataques da gestão Magda (Chambriard, presidente da empresa)” e reivindica “respeito às gerações de aposentados que construíram a Petrobrás, resgate dos direitos retirados nos governos anteriores e por um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) digno para aqueles e aquelas que geram a riqueza da maior empresa do Brasil”.

Nas assembleias também foi enfatizada a “Pauta pelo Brasil Soberano”, com a defesa da Petrobrás pública, sem privatizações e sem adoção de novo modelo de negócios que fragilize a empresa.

As assembleias ocorreram até o dia 11 na grande maioria das bases, mas o indicativo de paralisação já foi aprovado por unanimidade na primeira rodada de consultas.

Os trabalhadores cobram a reposição imediata da inflação, com ganho real e reposição das perdas acumuladas desde 2016, que totalizam um reajuste de 10,34%. Além disso, reivindicam a ampliação e melhoria de uma série de direitos, como os adicionais, os auxílios educacionais, a assistência alimentar, auxílio doença, horas extras, férias, entre outros.

As entidades também cobram uma solução para os Planos de Equacionamento de Dé-

ficit (PEDs) da Petros, questão considerada urgente pela categoria devido ao impacto financeiro – especialmente para aposentados e pensionistas – acumulado ao longo dos anos. Os PEDs são uma contribuição extraordinária cobrada de participantes e assistidos (ativos e aposentados) para cobrir o déficit financeiro dos planos de previdência da fundação.

Nas assembleias a FUP e seus sindicatos aprovaram a retomada da vigília pelo fim dos PEDs. As vigílias devem ser retomadas a partir da próxima quinta-feira (11), em frente à sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro.

“A orientação é que os sindicatos enviem representações de todo o Brasil para o acampamento que será montado no local, aumentando a pressão por uma solução definitiva para os equacionamentos da Petros”, diz a FUP.

“Apesar de estarmos tratando da pauta econômica e dos benefícios, assuntos que afetam diretamente os trabalhadores e as trabalhadoras da ativa, temos reforçado que a questão central dessa negociação é o fim dos PEDs. Não fecharemos o ACT sem uma solução para os equacionamentos que tanto prejudicam os aposentados, aposentadas e pensionistas do Sistema Petrobrás”, afirmou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

A Federação afirma que “o resultado das assembleias ao longo desta semana irá definir os encaminhamentos da categoria para a segunda quinzena de dezembro”, e que continua aberta à negociação e aguarda manifestações da Petrobrás sobre as questões pendentes.

Protestos ocupam as ruas contra assassinatos de mulheres no país



Em SP, ato responsabilizou Tarcísio pelo aumento da violência contra mulher



“Juros altos são um entrave ao crescimento econômico brasileiro”, dizem

Protesto no BC denuncia juros recordes e “um trilhão de reais em privilégio” a banqueiros

Dirigentes das centrais sindicais, lideranças de sindicatos e trabalhadores realizaram um protesto contra os juros altos, em frente à sede do Banco Central, na Avenida Paulista, nesta terça-feira (9), exigindo a “queda urgente” na taxa Selic, considerada “um entrave ao crescimento econômico brasileiro”. O Comitê de Política Monetária (Copom) está reunido hoje e amanhã para estabelecer a nova taxa de juros.

Com máscaras do presidente do BC, Gabriel Galpoldo, e gorros de Papai Noel para chamar a atenção e alertar sobre a dificuldade das famílias na compra dos presentes de fim de ano, as lideranças sindicais denunciaram os juros reais mais altos do mundo, alertando para os riscos ao consumo, à produção nacional e geração de empregos no país.

De acordo com as centrais, os juros elevados “beneficiam apenas o sistema financeiro e penalizam trabalhadores, famílias e empresas, aprofundando desigualdades e enfraquecendo o mercado interno”.

“As centrais sindicais e os movimentos sociais, mais uma vez, estão aqui à porta do Banco Central reivindicando a baixa imediata da taxa de juros. Sabemos que essa é uma mobilização permanente, porque nós não podemos conviver com esta taxa de juros escorchantemente prejudica a economia, os empregos de qualidade e impede que as empresas contratem crédito para funcionar e gerar novos postos de trabalho. Estamos aqui em São Paulo e em outros estados nesse ‘Natal sem juros’, porque é impraticável que esse Banco Central mantenha uma das mais altas taxas de juros do mundo”, afirmou o secretário-geral da CTB, Ronaldo Leite.

De acordo com o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna), “juros elevados só atrasam o país, porque travam a economia, bloqueiam o desenvolvimento e reduzem drasticamente a capacidade de gerar empregos”.

Para o secretário-geral da CUT São Paulo, Daniel Calazans, “a atual taxa de juros encarece o crédito,

desestimula investimentos e dificulta a vida das famílias trabalhadoras”.

“Enquanto a taxa de juros permanecer tão alta, a economia continuará crescendo muito pouco”, afirmou o presidente da NCST São Paulo, Luiz Gonçalves (Luizinho).

“Senhoras e senhores, são um trilhão de reais por ano que vão para a mão dos banqueiros que não produzem nada. Enquanto isso, falta uma série de necessidades para o nosso povo. E nós vamos continuar aqui”, afirmou o vice-presidente da CTB, Ubiraci Dantas (Bira). “Vamos insistir, continuar lutando pela redução das taxas de juros, pelo desenvolvimento do nosso país, pela soberania nacional. E soberania requer salário digno, emprego digno, educação e saúde para o nosso povo”, destacou Bira.

Conforme o representante da UGT, Josimar Andrade, “é inadmissível que juros tão altos segurem o consumo e dificultem o Natal das famílias brasileiras”.

Protestos contra os casos de feminicídio se intensificaram após o registro recorde de casos. Manifestantes repudiam corte de verbas na área

Neste domingo, manifestações tomaram as ruas em diversos estados em protesto contra a escalada dos casos de feminicídio no Brasil. Em São Paulo, o ato se concentrou no vão do MASP, ocupando os dois lados da avenida Paulista, com cartazes e palavras de ordem pela vida das mulheres.

Os protestos contra os casos de feminicídio se intensificaram nas últimas semanas após o registro de recorde de casos. Na cidade de São Paulo, entre janeiro e outubro de 2025, foram registrados 53 casos de feminicídio, o maior número para um ano desde o início da série histórica, em 2015. Para o mesmo período, o estado São Paulo contabilizou 207 feminicídios, contra 191 no mesmo intervalo em 2024, um aumento de cerca de 8%.

As entidades presentes no ato exigiram do Estado medidas efetivas de proteção às mulheres e denunciaram ainda os cortes recentes promovidos pelo governo de Tarcísio de Freitas, que reduziu em 54% as verbas para a Secretaria da Mulher.

Para a União Brasileira de Mulheres (UBM), “é hora de transformar indignação em movimento e exigir políticas públicas eficazes, justiça, proteção e respeito às nossas vidas”. A entidade foi representada por Claudia Rodrigues, presidente da entidade na capital.

“Hoje as mulheres lutam diariamente pelas suas vidas, pela vida de suas filhas, e hoje podemos dizer isso porque a luta coletiva vale a pena. E enquanto não houver políticas públicas, não houver governos governando para as mulheres, nós continuaremos sendo mortas em tudo quanto é caminho. Pode ser descen-

do na Itaquera, depois da aula, como morreu Bruna Oliveira, ou como morreu Débora Soriano, numa festa na Mooca”, denunciou.

Keila Pereira, presidente da Federação das Mulheres Paulistas (FMP), ressaltou que “a gente está ocupando as ruas hoje pela vida das mulheres, mas principalmente para dizer que uma situação ruim como é o índice de feminicídio, de violência contra a mulher, não vai melhorar enquanto se continuar cortando verba das políticas para as mulheres”.

“É isso que o governo Tarcísio está fazendo. Mais de 50% da verba da Secretaria das Mulheres está sendo cortada hoje e a gente depende de novo dos deputados estaduais para poder recompor esse orçamento. Enquanto estivermos preocupados com o orçamento, não vamos conseguir defender, por exemplo, que existam mais delegacias de defesa da mulher nos bairros mais afastados, nas cidades mais afastadas, com funcionamento 24 horas, inclusive. E o combate à violência contra a mulher, ao feminicídio, não vai acontecer no grito, só com mais poder de polícia. A gente precisa de mais inteligência, mais consciência e mais integração do trabalho, do poder público e da Justiça”, ressalta.

O ato foi convocado pelo movimento Mulheres Vivas, que reúne artistas, coletivos, organizações feministas no combate à violência contra a mulher.

Além de São Paulo, também foram realizados atos no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Belém, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, entre outros.

Majoria dos mineiros rejeita tentativa de privatização da Copasa e Cemig por Zema

A maioria dos mineiros rejeita a privatização da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) e da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), conforme aponta uma pesquisa encomendada pela Associação Mineira de Municípios.

De acordo com a pesquisa, 57% da população do estado é contra a privatização da Copasa, e 60% rejeita a venda da Cemig.

Os dados do levantamento foram divulgados à imprensa na sexta-feira (5) pelo presidente da AMM, Luís Eduardo Falcão. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Opus entre 31 de outubro e 6 de novembro.

O projeto de privatização da Copasa está em discussão na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e, segundo Eduardo Falcão, o debate sobre a venda da estatal tem sido “raso” junto aos municípios, e as medidas tomadas pela associação ocorrem para que as prerrogativas dos prefeitos sejam “representadas”. O projeto, de autoria do governador Romeu Zema (Novo), já foi aprovado em primeiro turno e agora está sendo analisado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da casa.

“O marco regulatório do saneamento dá ao município o poder de decisão. Se a empresa

vai ser privatizada, o município tem o direito de falar ‘quero ou não quero’, de rediscutir as bases do contrato, de fazer uma licitação para contratar outra empresa, ou ainda de assumir o serviço, fazendo um serviço autônomo. Então, cada município vai ter que ser ouvido, e é para isso que a gente está atuando”, diz o presidente da AMM.

Falcão explica que a Copasa atende mais 600 municípios de Minas e que, desses, mais de 90% são deficitários, “dão prejuízo para Copasa ou para qualquer outra empresa que vá assumir o serviço”. Ele defende que dentro do processo de privatização, seria necessário, por exemplo, garantir o subsídio cruzado, que garante o saneamento a cidades menores e que não dão lucro para a empresa. “É como é que você garante a correção dessas distorções? Com subsídio cruzado, com mecanismos de equilíbrio, de freios, contrapontos, com unidades regionais”, observa.

Já em relação à Cemig a intenção é transformá-la em corporação para garantir a transferência de ações da participação do Estado para a União, como forma de abateimento da dívida de Minas, atualmente em cerca de R\$ 180 bilhões.





Redes Sociais

‘Do domínio oligárquico a uma democracia’ Presidente do México reúne uma multidão na defesa da reconstrução nacional

Mais de 600 mil mexicanos se somaram na Praça do Zócalo na capital do México, em apoio à presidente Claudia Sheinbaum frente aos ataques de Trump e da extrema-direita, que tentaram instrumentalizar a juventude.

Claudia cumprimentou os que se uniram no local, “onde já nos encontramos para defender a democracia, as liberdades, o petróleo, nossos recursos naturais, a soberania e o bem-estar da nação” e saudou “com alegria os jovens que decidiram marchar e se reunir hoje nesta praça”. “Que ninguém se engane, que se ouça alto e claro: a grande maioria dos jovens apoia a Transformação da Vida Pública no México!”.

A líder sentenciou que neste dia ficou demonstrado que o povo e sua presidente venceram: “não importa quantas campanhas difamatórias eles financiem nas redes sociais, quantos bots e robôs comprem, quantas alianças formem com grupos de interesse no México e no exterior, quantos consultores de comunicação contratem para inventar calúnias e mentiras espalhadas em alguns meios de comunicação”.

CONTRA O NEOLIBERALISMO

Mais do que nunca, enfatizou, “fica claro que a corrupção e os privilégios do neoliberalismo prejudicaram profundamente nosso país e nosso povo; 36 anos desse modelo econômico e político deixaram como legado: pobreza, desigualdade, a entrega de nossos recursos naturais a interesses privados nacionais e estrangeiros, perda de soberania, violência e corrupção”.

Por isso, defendeu a presidente, nos reunimos para celebrar sete anos desde o início de uma nova era em nosso amado México, recordando que “em 2018, o povo tomou uma decisão sábia e corajosa: iniciar um novo capítulo, o renascimento do México, com Andrés Manuel López Obrador à frente”. A partir daquele momento, explicou, “ficou muito claro que, assim como em 1857 a Igreja se separou do Estado, em 2019 a principal separação deveria ser a do poder econômico do poder político; e assim tem sido e deve continuar sendo para o bem da República”. “Passamos de um país governado por uma oligarquia, onde presidentes e instituições públicas serviam a um seleto grupo que se considerava ‘donos do México’, para uma verdadeira democracia, onde o governo trabalha para todos, em especial os que mais precisam”.

“MÉXICO É LIVRE”

“Este ano, demonstramos que podemos ter um bom relacionamento com os Estados Unidos, colocando nossos princípios em primeiro lugar. Chegamos a um Entendimento de Segurança que estabelece quatro princípios claros desde o início: respeito à soberania e à integridade territorial, responsabilidade compartilhada e diferenciada, cooperação sem subordinação e respeito à soberania nacional”, explicou.

A presidente ressaltou que apresentou e foi aprovada na Constituição a reforma do Artigo 40, que afirma claramente: “O povo do México, em hipótese alguma, aceitará intervenções, interferências ou qualquer outro ato estrangeiro que seja prejudicial à sua integridade, independência e soberania, como golpes de Estado, interferência em eleições ou violação do território mexicano, seja por terra, água, mar ou espaço aéreo”. “Em resumo: o México é um país livre, independente e soberano! Não somos colônia nem protetorado de ninguém!”

“Durante anos nos disseram repetidamente que ‘se os salários aumentassem, haveria inflação, desvalorização e nenhum investimento’. Esse mito foi desmascarado. Na realidade, o objetivo era manter os salários baixos para aumentar a riqueza de poucos, mas demonstramos que é possível criar empregos com salários melhores”. “Durante o período neoliberal, que durou no México de 1983 a 2008 – seis mandatos presidenciais –, o salário mínimo foi drasticamente reduzido nos primeiros anos e, posteriormente, não aumentou em termos reais. Com a Transformação: o salário mínimo subiu de 88 pesos por dia em 2018 para 315 pesos em 1º de janeiro de 2026; um aumento real de 154%. Somente de 2025 a 2026, o aumento será de 13%, mais de três vezes a taxa de inflação. O salário médio mensal também aumentou 77% em termos reais”, comemorou.

Na prática, assinalou, está sendo implementado um modelo econômico que privilegia o desenvolvimento e o mercado interno, que fez com que 13,5 milhões de pessoas saíssem da pobreza entre 2018 e 2024, fazendo do México o segundo país menos desigual do continente graças aos Programas de Bem-Estar Social.

A líder condenou que é uma “mentira” muito comum difundida por transnacionais e pelo sistema financeiro de que “os conceitos de pátria e liberdade pertencem ao conservadorismo”. “Falso! Eles defendem apenas a liberdade de mercado. Não entendem que a liberdade só se exerce plenamente quando há direitos plenos, sobretudo o direito do povo viver com dignidade. Essa liberdade plena se exerce quando há bem-estar; e isso não pode acontecer quando tudo é deixado ao mercado”.

INVESTIMENTOS

A presidente destacou que os programas de assistência social são constitucionais e beneficiam 32 das 35 milhões de famílias; a saúde pública está melhorando a cada dia, a distribuição de medicamentos é garantida e, em 2026, terá início o processo de emissão de credenciais para o Sistema Único de Saúde (SUS). Na educação, mais escolas de ensino médio estão sendo construídas, adicionando 37.500 vagas, e as universidades gratuitas estão criando 124.000 novas vagas este ano.

“Hoje, mais do que nunca, o México avança com dignidade, justiça, união e com a força invencível do seu povo. Temos a responsabilidade de consolidar este modelo humanista como um caminho viável para o desenvolvimento econômico, um modelo viável na ordem política, ética e social”, afirmou Claudia, agradecendo “do fundo do coração” pelo apoio.

“Não estamos sozinhos. Saibam que jamais os trairei e que cada segundo da minha vida é dedicado à construção de um México justo, livre, independente e soberano. Nós, mexicanos, continuamos a clamar pela consolidação do renascimento do México e não para deixar cair, mas sim para reacender a chama da esperança. Tenham fé, o México é um exemplo para o mundo e continuamos a fazer história. Viva a Transformação do México! Viva o México!”, bradou sob intensos aplausos.

ONU condena Israel por atacar suas instalações em Jerusalém



Polícia de Israel no cerco e invasão de prédio da ONU em Jerusalém

Angela Davis, Bardem e Sarandon lançam campanha pela libertação de Barghouti

Diante das denúncias apresentadas por seu filho Aarab, de tortura contra o mais popular líder palestino, que Israel mantém há 23 anos sob custódia, destacadas personalidades internacionais acabam de lançar a campanha pela libertação de Marwan Barghouti.

“Expressamos nossa profunda preocupação com a contínua prisão de Marwan Barghouti, os maus-tratos violentos aos quais ele é submetido e a negação de seus direitos legais enquanto encarcerado”, diz a carta aberta, apelando aos povos que se manifestem e às Nações Unidas e ainda governos para que tomem todas as medidas necessárias à sua libertação.

A carta tem assinaturas de personalidades destacadas dos mais diversos setores profissionais, políticos e artísticos, a exemplo dos atores Mark Ruffalo, Javier Bardem e Susan Sarandon; da ativista Angela Davis; escritora Margaret Atwood; ; cantores e compositores Paul Simon e Annie Lennox.

Em outubro, Aarab, filho de Barghouti, afirmou que seu pai havia sido brutalmente espancado por carcereiros israelenses durante uma transferência de prisão em setembro, resultando em quatro costelas quebradas, ferimentos na cabeça e perda de consciência por alguns momentos.

Foi neste momento, re-



Marwan Barghouti faz o V da vitória da causa

lata Aarab, que a família de Barghouti resolveu procurar ativistas que já participavam de diversos tipos de ações pelo fim do apartheid e ocupação exercidos pelo regime israelense para lançar a campanha por sua libertação.

“Não é uma ideia sem fundamento dizer que o governo israelense é capaz de assassinar meu pai”, alerta, em um vídeo, divulgado pela Al Jazeera, o filho de Barghouti.

Segundo ele, os israelenses não querem que a voz, capaz de unificar o povo palestino e de ser um real interlocutor para uma solução de paz justa e abrangente, circule e se manifeste livremente.

Em outro vídeo, Aarab con-clama os líderes internacionais a elevarem sua voz contra a prisão de Marwan:

“Acabamos de ouvir as perturbadoras notícias trazidas por prisioneiros liberados, que

estão no exílio no Egito, sobre os fatos de que meu pai foi agredido pela quarta vez nos últimos dois anos. E isso é uma clara ameaça contra sua vida. Nós já perdemos 76 palestinos, presos políticos dentro de prisões israelenses e nós não vamos esperar para que meu pai perca sua vida”, inicia o filho de Marwan Barghouti.

“Estamos falando de um figura unificadora, um líder que unifica. Um líder que desfruta da confiança de todo o povo palestino e é exatamente por isso que ele representa uma ameaça para o atual governo de Israel”, pressegue Aarab.

“Eu chamo a todo o mundo, a todos os que escutam essa mensagem que, por favor, se pronunciem sobre o que está acontecendo com Marwan Barghouti”. Querem assassná-lo dentro da cadeia.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Família de pescador colombiano, morto no Caribe por ordem de Trump, apresenta denúncia contra EUA

Alejandro Carranza foi um dos pescadores mortos em um dos ataques militares dos EUA em 15 de setembro. no mar do Caribe. Agora sua família entrou com uma denúncia formal na terça-feira (2) na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Desde setembro, o governo dos EUA – arbitrariamente e sem provas – matou cerca de 83 pessoas em ataques contra embarcações nos mares do Caribe e do Pacífico, sob o pretexto de “combate ao narcotráfico”.

“A partir de inúmeras notícias, sabemos que o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, foi responsável por ordenar o bombardeio de barcos como os de Alejandro Carranza e o assassinato de todos aqueles em tais barcos”, afirma a petição.

“O secretário Hegseth admitiu que deu tais ordens, apesar do fato de não saber a identidade daqueles que estavam sendo alvo desses bombardeios e assassinatos extrajudiciais.”

Ao apresentar sua queixa formal à CIDH, a esposa de Carranza e seus quatro filhos denunciaram que o governo norte-americano cometeu uma “execução extrajudicial” e violou os direitos mais básicos do pescador, sem sequer direito a um julgamento.

A queixa à CIDH aponta para o secretário de guerra do governo de Trump,



Alejandro Carranza quando se preparava para pescar

Pete Hegseth, como quem deu a ordem para o ataque “apesar do fato de que não sabia a identidade daqueles que estavam sendo alvo desses bombardeios e assassinatos extrajudiciais”, segundo o qual os ataques são “ratificados” pelo presidente americano, Donald Trump.

Gustavo Petro, presidente colombiano, acusou o governo Trump de cometer assassinato no ataque à embarcação que tirou a vida de Carranza. A família do pescador insiste que ele era inocente e rejeita a acusação de que ele estava em posse de drogas.

“As autoridades do governo dos EUA cometeram um assassinato e violaram nossa soberania em águas territoriais. O pescador Alejandro Carranza não tinha laços com o tráfico de drogas e sua atividade diária era a pesca”, postou Petro, no mês passado na rede social X.

“O barco colombiano estava à deriva e exibindo o sinal de socorro devido

a pane no motor de popa. Aguardamos explicações do governo dos EUA”, acrescentou.

A sobrinha de Carranza, Pérez, disse em entrevista para a BBC que ele “era um homem amável, uma boa pessoa, um amigo, um bom pai, tio e filho”.

“Ele era uma pessoa alegre. Amava seu trabalho e a pesca”, disse. De acordo com a BBC, a família de Carranza é grande e 20 membros dividem uma casa no vilarejo pescador de Gaira.

A esposa de Carranza disse que seu marido era “um bom homem” e negou ligações com traficantes em uma entrevista em outubro para a AFP.

“Ele não tinha laços com o tráfico de drogas e sua atividade diária era a pesca”, ela disse. “Porque é que lhe tiraram a vida assim?”

“Os pescadores têm o direito de viver. Por que não os detiveram apenas?”, questionou.

“Condeno a entrada não autorizada, no complexo das Nações Unidas, localizado em Jerusalém Oriental ocupada, pelas autoridades israelenses”, afirmou o secretário-geral da ONU, António Guterres

Em comunicado, António Guterres acrescentou: “Este complexo continua sendo uma instalação das Nações Unidas, sendo inviolável e imune a qualquer outra forma de interferência.”

“Conforme recentemente confirmado pelo Tribunal Internacional de Justiça, qualquer ação executiva, administrativa, judicial ou legislativa contra bens e ativos das Nações Unidas é proibida pela Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas”, sublinhou.

Guterres instou Israel a tomar imediatamente todas as medidas necessárias para restaurar, preservar e defender a inviolabilidade das instalações da UNRWA e a abster-se de tomar qualquer outra medida em relação às instalações da UNRWA, em conformidade com as suas obrigações ao abrigo da Carta das Nações Unidas e das suas outras obrigações ao abrigo do direito internacional, incluindo as relativas aos privilégios e imunidades das Nações Unidas.

O ATAQUE

O comissário-geral da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), Philippe Lazzarini, denunciou a invasão israelense à sede da Agência em Jerusalém Oriental e a injustificável substituição da bandeira da ONU pela bandeira de Israel.

Em um comunicado divulgado na sua conta X, Lazzarini afirmou que a polícia israelense, acompanhada por funcionários locais, entrou à força no complexo da UNRWA no bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém Oriental, barbaramente o local.

“Motocicletas da polícia, assim como caminhões e empilhadeiras, foram mobilizados e todas as comunicações foram cortadas. Móveis, equipamentos de informática e outros bens foram apreendidos. A bandeira da ONU foi retirada e substituída por uma bandeira israelense”, informou.

O chefe da UNRWA afir-

mou que esta ação representa um “desrespeito flagrante das obrigações de Israel enquanto Estado-membro das Nações Unidas de proteger e respeitar a inviolabilidade das instalações da organização”.

“MANIFESTAÇÕES DE ÓDIO”

Ele acrescentou que isso ocorreu após “meses de assédio que incluíram ataques incendiários em 2024, manifestações de ódio e intimidação, apoiadas por uma campanha de desinformação em larga escala, bem como legislação anti-UNRWA aprovada pelo parlamento israelense em violação de suas obrigações internacionais”.

“Os funcionários da UNRWA foram obrigados a desocupar o complexo no início deste ano”, salientou, enfatizando que “o complexo mantém seu status como instalação da ONU, imune a qualquer forma de interferência”.

“Israel é signatário da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas. A Convenção torna as instalações da ONU invioláveis – ou seja, imunes a buscas e/ou apreensões – e torna os bens e ativos da ONU imunes a processos judiciais”, frisou.

Lazzarini lembrou que “o Tribunal Internacional de Justiça também sublinhou que Israel é obrigado a cooperar com a UNRWA e outras agências da ONU”.

“Permitir isso representa um novo desafio ao direito internacional, que cria um precedente perigoso em qualquer outro lugar do mundo onde a ONU esteja presente”, concluiu.

A Assembleia Geral da ONU renovou o mandato da UNRWA, estabelecido pela primeira vez em 1949, por mais três anos na última sexta-feira (05). O porta-voz da agência, Jonathan Fowler, assinalou que Israel conduziu uma ‘campanha de desinformação contínua’ contra a UNRWA, cujas responsabilidades quer que sejam assumidas por outros órgãos da ONU, sem dizer quais.

“Netanyahu quer tornar a Cisjordânia inabitável para anexá-la”, diz premiê palestino, Mohammed Mustafa

Mohammad Mustafa, o primeiro-ministro da Palestina, em entrevista para o Financial Times, acusou o governo de apartheid de Israel de tentar tornar insustentável a vida de palestinos nos territórios ocupados na Cisjordânia, com o objetivo de expulsá-los.

O primeiro-ministro palestino disse que o governo de Benjamin Netanyahu tem como “objetivo final fazer as pessoas saírem e facilitar a continuidade do programa de anexação gradual, dia após dia”.

“Há um reconhecimento crescente de que o objetivo do governo israelense é tornar as coisas inviáveis”, disse Mustafa. “Mesmo que você não os coloque nos ônibus e os leve até a ponte na fronteira com a Jordânia, eles achavam que as pessoas se voluntariariam para sair porque as coisas estão muito difíceis.”

Desde o começo do genocídio na Faixa de Gaza, depois do ataque de 7 de outubro de 2023, o governo de Israel aumentou a pressão contra os palestinos que vivem na Cisjordânia através do aumento da violência por parte de colonos israelenses extremistas que, sob a proteção das autoridades israelenses, realizam ataques contra a população palestina que vive nos territórios ocupados.

Os eventos na Cisjordânia mostram que o regime israelense usou o ataque de 7 de outubro pela Resistência Palestina como pretexto para a aniquilação da população de Gaza. E, para agravar o quadro, aproveitou a atenção que o genocídio levava o mundo a observar o dia a dia do massacre em Gaza para atacar com violência crescente os palestinos na

Cisjordânia, em uma unidade macabra de governo, polícia, exército e assaltantes de terra, os ditos colonos judeus, para usar povos, terras, incendiar casas e carros, destruir currais e atacar palestinos que colhiam azeitonas.

A expansão dos assentamento ilegais de colonos, ocupando mais território a cada dia com a intenção de dividir a Cisjordânia e tornar inviável uma Palestina livre da ocupação e com território contínuo. A imposição de restrições e barreiras contra a população nativa daquela terra, com o objetivo de restringir ao máximo o fluxo de movimento de palestinos na região.

O investimento para a criação de mais assentamentos já é o maior em anos e é considerado ilegal pelas leis internacionais. Um membro do governo de Israel, Bezalel Smotrich, ministro das Finanças de Netanyahu, é um colono de extrema direita que já se expressou várias vezes pela total anexação da Cisjordânia.

“As coisas estão tão ruins, eles estão brincando com material explosivo, algo pode dar muito, muito errado a qualquer momento”, disse Mustafa.

Israel está também fazendo pressão financeira contra a Cisjordânia retendo US\$ 3,6 bilhões em receita alfandegária devida à Autoridade Palestina, forçando o governo palestino a pagar somente 60% dos salários do serviço público. Com dívidas em atraso, mais de US\$ 14,9 bilhões, incluindo US\$ 1,7 bilhão com o setor privado, a Autoridade Palestina está gastando mais de um terço de sua receita com dívidas.



Exportações contribuem para o crescimento acelerado vietnamita

Economia do Vietnã cresceu 8,23% neste 3º trimestre

O Vietnã apresentou um crescimento de 8,23% de seu PIB no terceiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este destacado crescimento se dá apesar das crescentes pressões causadas pela política agressiva de sanções e provocações do governo de Trump, que aplicou oficialmente, a partir de 7 de agosto, uma tarifa de 20% sobre a maioria dos produtos importados do país asiático.

Segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas (ONE), citados por diversos meios de comunicação internacionais, esta é a maior taxa de crescimento registrada desde 2011, o que destaca a notável capacidade de adaptação do Vietnã num contexto global particularmente adverso.

Nos primeiros 11 meses de 2025, a economia do Vietnã registrou muitos sinais positivos, com um claro ritmo de avanço na maioria das áreas. De acordo com dados do Departamento Geral de Estatísticas (Ministério das Finanças), as atividades de comércio internacional continuaram a prosperar, com o volume total de importações e exportações atingindo US\$ 839,75 bilhões, um aumento de 17,2% em relação ao mesmo período do ano anterior; a balança comercial manteve um superávit de mais de US\$ 20 bilhões, contribuindo para a estabilidade macroeconômica.

Os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) registraram um capital de US\$ 33,69 bilhões valor superior ao ano anterior. O consumo interno se recuperou de forma constante, com um aumento de 9,1% nas vendas totais no varejo e na receita de serviços. O turismo cresceu, com mais de 19 milhões de chegadas internacionais, graças a políticas de vistos favoráveis e fortes atividades promocionais.

SETOR PRODUTIVO MANTÉM RITMO

Especialistas atribuem esses resultados à agilidade do setor produtivo vietnamita, especialmente em áreas como eletrônica, produtos químicos e energias renováveis, que se beneficiaram da diversificação das cadeias de suprimentos globais e de acordos tributários bilaterais preferenciais.

A produção industrial em novembro manteve um ritmo de crescimento positivo, com as empresas aumentando a produção para atender ao consumo de fim de ano e a demanda de exportação. O índice de produção industrial em novembro aumentou 2,3% em comparação com o mês anterior e 10,8% no mesmo período do ano passado. Nos primeiros 11 meses do ano, esse índice cresceu 9,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor de transformação e manufatura continuou sendo um destaque positivo, com um aumento de 10,6%, superior aos 9,6% registrados no mesmo período de 2024. Com sua grande escala, esse setor contribuiu com 8,5 pontos percentuais para o crescimento geral, desempenhando um papel fundamental para toda a economia.

Leia mais no site da Hora do Povo



Gasto militar já supera um bilhão de dólares para manter o cerco à Venezuela

Paramount e Netflix brigam entre si para monopolizar o streaming

O anunciado acordo de aquisição da Warner Bros.Discovery pela Netflix, já denunciada como um ataque monopolista ao cinema, aos seus trabalhadores e à liberdade de expressão, acaba de se chocar com uma investida hostil da Paramount Skydance que, se vier a ser bem sucedida, conseguirá agravar os malefícios já apontados e a concentração da mídia nos EUA.

Significará colocar a Warner e coligadas, como a CBS News, a CNN e a HBO/HBO Max, sob o comando do bilionário hi tech Larry Elison, dono da Oracle, megadoador republicano e trumpista de quatro costados, também tido como possível adquiridor do Tik Tok em caso de acordo com os chineses, e um dos maiores personagens da Bolha de IA.

A Warner e a Netflix haviam anunciado o acordo de aquisição por US\$ 83 bilhões, já incluindo dívidas, na sexta-feira (5), após uma disputa em que a Paramount Skydance esteve envolvida. Derrotada, a Paramount Skydance partiu para a chamada aquisição hostil, passando por cima dos controladores da Warner, de US\$ 108 bilhões, aposta à qual também se juntaram o genro de Trump, Jared Kushner, e fundos soberanos da Arábia Saudita, Abu Dhabi e Catar.

Dada a dimensão da fatia de mercado decorrente dessa fusão, a questão terá de ser avaliada pelo Departamento de Justiça, sob a legislação antimonopolista, já bastante esvaziada por sucessivos governos, republicanos e democratas, e particularmente no primeiro mandato de Trump, e o acordo poderá também ser bloqueado pela Comissão Federal de Comércio.

O acordo inicial Netflix-War-

ner havia sido condenado especialmente pela concentração no setor de streaming, ao fundir a primeira e a terceira maiores empresas do setor nos EUA.

Para a senadora democrata Elizabeth Warren, o acordo Netflix-Warner “parece um pesadelo monopolista.” “Uma Netflix-Warner Bros. criaria um gigante da mídia enorme com controle de quase metade do mercado de streaming”, sublinhou. “Isso pode forçar preços mais altos, menos opções sobre o que e como você assiste, e pode colocar os trabalhadores americanos em risco.” “Sob Donald Trump, o processo de revisão antitruste também se tornou um antro de favoritismo político e corrupção”, acrescentou a senadora. “O Departamento de Justiça deve aplicar as leis antimonopólio do nosso país de forma justa e transparente — não usar a revisão do acordo da Warner Bros. para incentivar o tráfico de influência e suborno.”

Também o Sindicato dos Roteiristas da América, que representa roteiristas de cinema e TV, disse que se oporia à fusão da Warner com qualquer “grande estúdio ou streamer”, alertando que isso “seria um desastre para roteiristas, consumidores e concorrência.”

“Fusão após fusão na indústria de mídia prejudicou os trabalhadores, diminuiu a concorrência e a liberdade de expressão, e desperdiçou centenas de bilhões de dólares que seriam melhor

investidos em crescimento orgânico”, disse o sindicato em um comunicado recente.

Proprietários de salas de exibição também se manifestaram contra.

Questão também apontada pelo o diretor da Free Press Action, Craig Aaron, em entrevista ao programa Democracy Now, de Amy Goodman, e autor de “Parem com a loucura das fusões”.

“A Netflix, claro, se conseguisse fechar esse acordo, dominaria o streaming online. A própria Paramount tem um enorme negócio de streaming e, claro, é um grande estúdio de cinema. Então, essa é outra situação em que estamos falando de grandes empresas se fundindo, gastando bilhões e bilhões de dólares, todos os advogados e banqueiros ficando ricos.”

“Mas não é preciso olhar muito no passado para entender que consolidação de mídia após acordo de consolidação de mídia são um desastre para os trabalhadores dessas indústrias. Para o público, que vê os preços subirem e as opções caírem”.

“E praticamente toda vez, eles também são desastrosos para os negócios. Esta é a terceira grande fusão recentemente envolvendo a Warner Bros. Você vai voltar para a AOL Time Warner. Já tivemos AT&T e Time Warner — todos esses acordos desmoronando, desmoronando, custando milhares e milhares de empregos, a própria Warner Bros Discovery é produto de fusões fracassadas.”

Leia mais no site do HP

Putin e Modi decidem expandir comércio bilateral para US\$ 100 bilhões até 2030

Rússia e Índia anunciaram, durante a histórica visita de Estado de dois dias do presidente Vladimir Putin a Nova Délhi, que irão expandir o comércio bilateral anual para US\$ 100 bilhões até 2030, ao mesmo tempo que essa cooperação econômica se tornará mais “diversificada, equilibrada e sustentável”.

Quebrando o protocolo, o próprio primeiro-ministro Narendra Modi foi receber o presidente Putin no aeroporto na quinta-feira (4), a quem abraçou e cumprimentou e depois o conduziu no seu próprio carro até o palácio de governo – repetindo a “carona” de Putin a ele na cúpula da Organização de Cooperação de Xangai, em Tianjin, na China, em setembro. Em junho, Modi visitara a Rússia.

“Com base no respeito mútuo e na profunda confiança, essas relações sempre resistiram ao teste do tempo”, disse Modi, após tratar Putin como “caro amigo”, descrevendo a parceria duradoura da Índia com a Rússia como “uma estrela guia”.

Putin respondeu que as relações russo-indianas “têm um caráter histórico muito profundo” e que Moscou valoriza isso.

“À medida que nossos países e economias se desenvolvem, as oportunidades para nossa cooperação se expandem. Estamos desenvolvendo novas áreas relacionadas à alta tecnologia, ao desenvolvimento e ao trabalho conjunto em aviação, espaço, alta tecnologia no sentido amplo do termo e inteligência artificial. Temos uma relação de muita confiança na área de cooperação técnico-militar. Pretendemos avançar em todas essas áreas”, enfatizou.

Concordando, Modi disse que “levar a parceria econômica Índia-Rússia a novos patamares é nossa prioridade comum”. A visita ocorreu na mesma data em que, há 25 anos, Putin estivera na capital indiana para reafirmar a amizade com a Índia plantada desde a União Soviética.

E três meses após o governo Trump ter aplicado um tarifaço de 50% contra a Índia, metade desse percentual por conta da decisão soberana de Nova Délhi de importar petróleo russo – aliás, se tornou o maior importador por

via marítima.

No comunicado conjunto emitido após as negociações, ambos os líderes enfatizaram “que, na atual situação geopolítica complexa, tensa e incerta, os laços russo-indianos permanecem resilientes à pressão externa”.

Em seu encontro com o presidente da Índia, Droupadi Murmu, Putin disse que “valorizamos genuinamente nossas relações de forte amizade com a Índia. A base dessas relações foi lançada em meados do século passado, quando nosso país apoiou ativamente a luta da Índia pela independência”, observou.

O presidente russo destacou que especialistas soviéticos participaram ativamente da construção de grandes instalações industriais, energéticas e de infraestrutura na Índia.

Putin voltaria a se referir a esses vínculos mais profundos, na dedicatória ao livro de visitantes de honra do complexo Raj Ghat, o memorial ao líder indiano Mahatma Gandhi, onde depositou uma coroa de flores.

Leia a íntegra no site

EUA: Manifestantes repudiam ameaça de guerra de Trump contra Venezuela

“É preciso aprender com as lições do Vietnã e do Iraque” e “impedir essa guerra antes que ela comece”, afirma Coalizão de forças progressistas que convocou as manifestações

Vinte e dois anos depois de os EUA terem entrado em guerra no Iraque com base em mentiras, o governo Trump está preparando uma grande guerra contra a Venezuela. Devemos agir agora para impedir essa guerra antes que ela comece”.

Com esta convocação, a Coalizão Answer (Atue Agora para Parar a Guerra e Acabar com o Racismo), junto a vários partidos e movimentos sociais, levou multidões às ruas em todos os Estados Unidos neste sábado (6) para protestar contra o plano imperialista de agressão à Venezuela.

Incorporando a diversidade de estados como o Alasca, Geórgia, Illinois, Maine, Maryland, Massachussetts, Novo México, Oregon, Texas e Tennessee, os estadunidenses expressaram sua repulsa à política belicista, para a qual já foram mobilizados quinze mil soldados para o entorno da Venezuela, “juntamente com um enorme poderio naval, com um gasto superior a um bilhão de dólares dos contribuintes americanos”.

“BELICISTAS

Ecoando o sentimento pela paz, os ativistas frisaram que “precisamos aprender com as lições do Vietnã e do Iraque”. “Em cada caso, os belicistas inventaram pretextos. Prometeram vitórias rápidas. Estavam enganados. Mas a ideia de que os EUA podem realizar invasões militares no coração da América Latina sem uma reação em massa é absurda”, enfatizaram.

Ao lado da Answer, uma ampla coalizão progressista que envolve organizações como o Fórum Popular, a Aliança Negra pela Paz e o Partido pelo Socialismo e Libertação, entre outros, denunciaram que “Trump prometeu que ataques terrestres começariam ‘muito em breve’, pediu o ‘fechamento’ do seu espaço aéreo e en-

cerrou as negociações com o governo da Venezuela”. “Todos esses são sinais de uma operação de mudança de regime em grande escala, o que seria uma catástrofe para a região”, protestaram.

Embora o isolamento desta orientação criminoso seja evidente, o governo dos EUA dá as costas ao sentimento popular, alertaram. “Estamos em um momento crítico. Membros do Congresso de ambos os partidos estão se manifestando cada vez mais sobre a ilegalidade dessas ataques. Mas a situação exige muito mais urgência – uma vez que a escalada do conflito for iniciada, pode não haver mais volta”.

“VIOLAÇÕES”

Na avaliação dos partidos e movimentos sociais, “os repetidos ataques da administração Trump no Caribe chocaram o mundo como violações flagrantes do direito internacional”. “A ordem do secretário de Crimes de Guerra, Pete Hegseth, para matar todos os sobreviventes dos barcos danificados por ataques de mísseis americanos em alto-mar é um claro crime de guerra. Os ataques com mísseis contra embarcações no Caribe e no Pacífico constituem uma violação evidente do direito internacional, assim como o seriam todos os futuros ataques do Pentágono”, assinalaram.

De acordo com informações da ANSWER, pesquisas apontam que 70% da população dos EUA se opõe à intervenção militar contra a Venezuela. “As pessoas estão percebendo os pretextos bizarros e distorcidos que o governo Trump está usando para falar sobre tráfico de drogas, para o qual ele não apresentou nenhuma prova. Trump está ignorando inconstitucionalmente uma declaração de guerra do Congresso ou mesmo uma autorização para o uso da força, enquanto Pete Hegseth emite ordens terríveis de ‘matem todos’ e justifica ataques ilegais com tiros duplos contra sobreviventes isolados. O mundo inteiro vê tudo isso como flagrantemente ilegal e clama por paz”.



Houve Atos em cidades da Geórgia, Illinois, Maine, Maryland, Massachussetts, Novo México, Texas e outros

Privatização à mancheia

Foto: Ricardo Botelho/Ministério da Infraestrutura

O que se percebe é que os processos de privatização seguem a todo vapor em nosso País. (...) Se os casos atuais não envolvem a simbologia catastrófica de alienação absoluta e definitiva do patrimônio público ao capital privado em leilões na sede do mercado de ações, o fato é que estamos diante de um dos maiores processos de transferência de ativos públicos aos empreendedores do setor privado

PAULO KLIASS*

A política de austericídio que vem sendo praticada há algumas décadas em nosso país pelos sucessivos governos que administraram o Palácio do Planalto tem provocado um conjunto nefasto de consequências. Isso ocorre em termos do aprofundamento das condições de vida da maioria da população, quer seja em termos econômicos ou em termos sociais. A combinação perversa de política monetária arrochada com austeridade fiscal rigorosa provoca a redução da capacidade de realização de despesas primárias por parte do Estado e o aumento extraordinário dos gastos financeiros com o pagamento de juros da dívida pública.

Do ponto de vista da evolução histórica, um dos elementos mais dramáticos de tal conservadorismo na condução da política econômica tem sido a política privatizante levada a cabo desde então. Na verdade, os processos de privatização caracterizam-se por um conjunto amplo de modalidades de aumento da participação do capital privado na esfera que pertencia ao Estado, por exemplo na oferta de bens e serviços públicos de forma geral. Assim, caracteriza-se como uma tentativa de narrativa enganosa o discurso de que “concessão não é privatização”, por exemplo. Trata-se de uma desculpa esfarrapada de quem se vê no incômodo de defender o indefensável, ou seja, o fato de que durante os sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) houve um aumento das estatísticas expressando a elevação da participação do capital privado em um sem-número de atividades tradicionalmente sob a responsabilidade do setor público.

O LONGO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

Os processos de privatização podem ir desde as formas mais características de venda completa de um patrimônio público ao capital privado até modelos mais sofisticados de transferência ao setor privado de espaços para acumulação que deveriam ser atribuição do Estado brasileiro. Considerando estes casos mais extremos, para ficar mais claro, temos a venda de 100% do ativo de empresas estatais para grupos privados, como foram os simbólicos leilões de venda da Embraer ou da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo. A primeira foi vendida na Bolsa de Valores de São Paulo em 1994, ao passo que a Vale foi vendida 3 anos depois na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em ambos os casos deu-se a utilização das chamadas “moedas podres” como meios de pagamento. Os títulos eram comprados com deságios enormes no mercado financeiro secundário e os compradores despendiam, na verdade, valores muito mais baixos do que os expressos nominalmente nos papéis aceitos pelo governo nos leilões. No entanto, o conceito de privatização é mais amplo do



que o verificado nestes casos mais simbólicos de alienação integral do patrimônio público ao capital privado. Há casos de venda da participação acionária minoritária do governo em suas empresas ou ainda os processos de ampliação do volume de venda de ações dirigidas exclusivamente aos grupos privados. Com isso, o setor público ainda mantém pelo menos 50% do capital votante nas empresas, mas é inequívoca a vigência de um processo de privatização. Basta ver as limitações a que deve se submeter a Petrobrás em suas ações empresariais depois que foram realizadas operações de lançamento de suas ações na Bolsa de Nova Iorque dirigidas aos investidores estrangeiros. Esse mecanismo foi utilizado tanto por Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1999, quanto por Lula em 2010.

CONCESSÃO E PPP SÃO MODALIDADES DE PRIVATIZAÇÃO

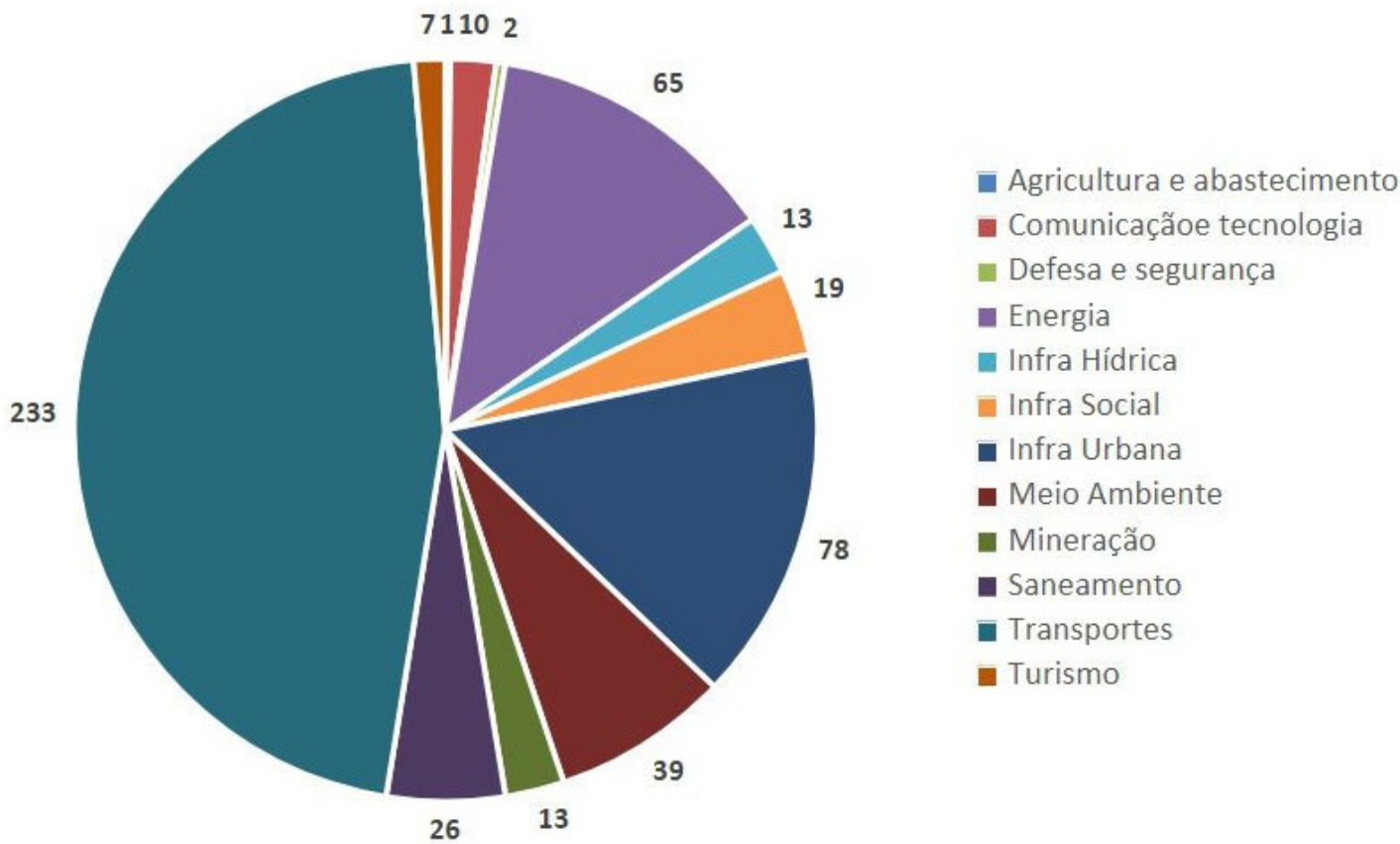
Mas a privatização inclui também outros processos menos evidentes de transferência de patrimônio público ao capital privado ou então de aumento da participação relativa do mesmo em setores marcados pela presença do Estado. Trata-se dos mecanismos da concessão e da Parceria Público Privada (PPP). Em ambos os casos o que se observa é o ingresso do capital em atividades até então não muito procuradas como ramo de acumulação capitalista. Aqui podemos mencionar as ofertas na área da educação e da saúde, mas que pouco a pouco foram sendo ampliadas para a assistência social, para previdência e para a segurança pública. O modelo do pacto federativo envolve a presença crescente do capital em setores oferecidos pelas administrações de estados e municípios.

Outros ramos em que se tem observado a intensificação dos processos privatizantes são os que compõem a infraestrutura. Neste caso, a institucionalidade da máquina do governo federal se sofisticou, por meio do “Programa de Parcerias de Investimentos” (PPI), criado em 2016 por meio da Lei 13.334, que foi lançado durante o *golpeachment* contra Dilma Rousseff. De acordo com a página do programa na internet, ele tem por “finalidade ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização”.

Segundo dados oficiais, já foram concluídos 283 projetos no âmbito do PPI, com grande concentração nas áreas de transportes, energia e infra-



Programa de Parceria de Investimentos – Total de projetos por setor



Fonte: PR/PPI

PPI – Total de projetos concluídos e em andamento

Transportes	233	46%
Infr. Urbana	78	15%
Energia	65	13%
Meio Ambiente	39	8%
Saneamento	26	5%
Outros	65	13%
TOTAL	506	100%

Fonte: PR/PPI

estrutura urbana. Além disso, ainda estão em andamento outros 223 projetos, com maior concentração nas áreas de transportes, infraestrutura urbana e meio ambiente. Assim, até o momento já foram cadastrados 506 projetos no âmbito do programa de PPPs do governo federal, incluindo uma gama variada de áreas, ramos e setores em que o capital privado é chamado a ocupar espaços para ampliar seu processo de acumulação. (Ver tabela acima)

Observa-se uma concentração em 3 áreas que representam quase 3/4 do total: i) transportes com 46%; ii) infraestrutura urbana com 15%; e iii) energia com 13%. Além disso, chama a atenção

no interior do aglomerado “Outros” a existência de projetos envolvendo a área prisional e o ramo de hidrovias. No primeiro caso consta a privatização de presídios, em especial por meio de PPPs, para o município gaúcho de Erechim e para o município catarinense de Blumenau. Por outro lado, o Conselho do PPI também aprovou a inclusão de importantes sistemas hidrovieiros da Amazônia para serem objeto de privatização. Trata-se dos projetos envolvendo os rios Madeira, Tocantins e Tapajós.

Além dos projetos mencionados, está em curso também a tentativa de privatização dos sistemas de trens urbanos e metrô nas regiões metro-

politanas de Porto Alegre e Recife, ambos pertencentes ao governo federal por meio da CBTU e da Trensurb. Apesar das promessas de Lula na campanha de 2022 de que não iria dar seguimento às tentativas privatizantes de Temer e Bolsonaro, os processos de transferência das referidas empresas estatais ao capital privado seguem seu curso. Postura semelhante mantém o governo federal em relação à privatização das empresas estaduais de saneamento, em especial a Agepisa do Piauí, a Compesa de Pernambuco, e a Sabesp de São Paulo. Em todos os casos acima o BNDES participou de forma ativa do processo de transferência das empre-

sas estatais ao setor privado.

Enfim, o que se percebe é que os processos de privatização seguem a todo vapor em nosso País, mesmo neste terceiro mandato de Lula. Se os casos atuais não envolvem a simbologia catastrófica de alienação absoluta e definitiva do patrimônio público ao capital privado em leilões na sede do mercado de ações, o fato é que estamos diante de um dos maiores processos de transferência de ativos públicos aos empreendedores do setor privado.

**Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal*